



THATIANA STACANELLI TEIXEIRA

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E INTERESSES NO USO
DA ÁGUA MINERAL EM CAMBUQUIRA-MG: UM ESTUDO
À LUZ DA GESTÃO SOCIAL**

**LARAS - MG
2017**

THATIANA STACANELLI TEIXEIRA

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E INTERESSES NO USO DA ÁGUA MINERAL
EM CAMBUQUIRA-MG: UM ESTUDO À LUZ DA GESTÃO SOCIAL**

Monografia apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof Dr. José Roberto Pereira
Orientador

LAVRAS – MG

2017

THATIANA STACANELLI TEIXEIRA

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E INTERESSES NO USO DA ÁGUA MINERAL
EM CAMBUQUIRA-MG: UM ESTUDO À LUZ DA GESTÃO SOCIAL**

Monografia apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 28 de Julho de 2017.

Dr. José Roberto Pereira

Valderí de Castro Alcântara (doutorando PPGA – UFLA)

Prof. Dr. José Roberto Pereira

Orientador

LAVRAS – MG

2017

RESUMO

Esta monografia tem como foco o estudo da construção dos sentidos e interesses no uso da água mineral, sob a luz da Gestão Social. Neste sentido, a água é entendida por duas vertentes que direcionam toda a elaboração deste, sendo ela como um bem público e/ou como mercadoria. Para a construção deste utilizou-se como local de pesquisa o município de Cambuquira – MG, sendo analisado seu processo histórico e cultural em torno da questão das águas minerais. Para tais análises a luz da Gestão Social e da Gestão Estratégica como contra ponto a primeira, foram estudadas a perspectiva da água mineral como um bem público, sendo cabível de proteção e tutela do Estado, com fins turísticos e para tratamentos de medicina alternativa e por outro, esta como mercadoria, sendo regida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e tendo como contrapartida seu direito a exploração até a exaustão. Essa dicotomia de interesses envolta das fontes de água mineral centraliza a problemática presente no município e serve de motivação para este estudo. A identificação destas duas vertentes puderam ser percebidas através de diversas visitas ao local e pela análise do processo histórico e atual local e através da metodologia praxiológica de intervenção social, o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) que foi realizado com a organização civil organizada do município, a ONG Nova Cambuquira. Esta contribuiu de maneira significativa, através do fornecimento de informações e documentos. Conclui-se que o sentimento que aflora e motiva a maioria da população local é referente ao tratamento das águas minerais como bem público, dotado de valor cultural e fomentador do turismo e de tratamento de saúde.

Palavras-chave: Água Mineral; Gestão Social; Cambuquira; DRPE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Alunos da UFLA e da Escola de Governo da FJP junto aos seus orientadores na Imersão na Gestão Municipal em Cambuquira.....	32
Figura 2- Notícia da aplicação do DRPE no jornal local de Cambuquira.....	36
Figura 3- Análise dos dados.....	37
Figura 4- Localização do município de Cambuquira, Minas Gerais.....	40
Figura 5 - Time de Voleibol de Cambuquira no ano de 1947.....	41
Figura 6- Equipe campeã do Torneio de Voleibol Masculino dos Jogos abertos de Cambuquira em 1958.....	42
Figura 7 - Medalha do XX Jogos Abertos em Cambuquira.....	42
Figura 8- Resultado da técnica do DRPE.....	49
Figura 9 - Propaganda da água mineral de Cambuquira e Lambari na Revista Fon-Fon.....	54
Figura 10- Panfleto disponível para visitantes do Parque das Águas.....	56
Figura 11 - Garrafa de água mineral de Cambuquira.....	59
Figura 12- Atual garrafa de água mineral de Cambuquira.....	60
Figura 13: Água mineral pela perspectiva de dois extremos.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise comparativa entre gestão estratégica e gestão social.....	20
Quadro 2- Respeitáveis autores e perspectivas de Gestão Social.....	24
Quadro 3- Síntese das técnicas utilizadas no DRPE.....	33
Quadro 4- Distribuição das técnicas por dia de aplicação.....	35
Quadro 5- Breve cronograma do município de Cambuquira.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A ÁGUA MINERAL	10
2.1 O Interesse do Estado	13
2.2 O Interesse público não estatal	14
2.3 O Interesse privado	16
3 GESTÃO ESTRATÉGICA E GESTÃO SOCIAL.....	19
4 GESTÃO SOCIAL	22
5 METODOLOGIA	30
6 RESULTADOS	39
6.1 O município de Cambuquira e suas características	39
6.2 O uso da água mineral no município	45
6.3 O uso terapêutico e medicinal da água	53
6.4 O uso comercial	58
6.5 Interpretação do uso da água mineral pela sociedade civil organizada a luz da Gestão Social e da Gestão Estratégica	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

O Circuito Turístico das Águas de Minas Gerais localiza-se no sul de Minas Gerais, próximo a Serra da Mantiqueira, região conhecida por suas estâncias de águas minerais, formada por dez municípios, sendo eles: Baependi, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Lambari, Maria da Fé, Soledade de Minas e Três Corações (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS, 2017). Essas cidades possuem como características centrais e atrativas uma riqueza natural que transmite tranquilidade e qualidade de vida para os turistas e moradores locais, assim como a opção de diversas fontes e balneários para banhos, massagens e momentos de lazer (BUENO, 2017).

Mesmo diante da menção deste como destino turístico pelas instâncias hidrominerais existe uma pluralidade de conflitos envolvendo o uso, a exploração e a gestão da água mineral (CARNEIRO; ASSIS, 2013; LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015). Esses conflitos circulam em torno dos diversos interesses existentes entre a sociedade civil organizada, empresas e o Poder Público.

Em se tratando desta gestão das águas, é perceptível o envolvimento de uma pluralidade de sentidos, atores sociais, interesses e racionalidades. Como resultado de uma pesquisa feita por Costa, Guarido Filho e Gonçalves (2013) temos uma revelação sobre as logicas e características indicando que a comunidade e o Estado seguem o sentido da água como bem comum e o mercado considerando-a como bem econômico. Desse modo, fica visível que tais sentidos podem desenvolver conflitos de interesses, ao observar que a água é tratada por duas vertentes extremas, uma fazendo referência a água como um ‘bem público’ e outra oposta a essa, a água como ‘mercadoria’.

Como experiência desses conflitos existentes, podemos narrar o acontecimento no município de São Lourenço que já pertenceu ao Circuito Turístico das Águas de Minas Gerais. Segundo Carneiro e Assis (2013), parte dos atores envolvidos defendem que enquanto esta for considerada um direito humano, deve-se ter sob coordenação os órgãos públicos ou via de regulamentação estatal, enquanto outros atores defendem que a água é enquadrada na categoria de mercadoria internacional e que é capaz de gerar lucro e acumulação privada. A instalação da empresa Nestlé Waters ocorreu em 1992 no município de São Lourenço e foi elemento central nos conflitos do município desde os anos 2000 até hoje, que envolveu instituições como a ONG Amar’Água, o Ministério Público e Prefeitura. A empresa Nestlé Waters, de âmbito privado possui o direito da exploração das águas minerais existentes no local, porém, com algumas resistências ao processo, como pode ser visto pelo relatado a seguir: “[...] a mobilização da

sociedade local contra a exploração das águas minerais pela transnacional Nestlé, ocorre há dezessete anos por meio da associação Amar'Água. A associação Amar'Água tem como um dos principais objetivos transformar o Parque das Águas em um Geoparque, garantindo a proteção do subsolo [...]” (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015, p. 6).

Para além do local, esses tipos de conflitos estão visíveis em toda a América Latina, onde “os ativistas que participam das lutas contra o comércio da água e a privatização dos serviços têm construído um conhecimento que é transmitido tanto por meio dos espaços acadêmicos formais, quanto de veículos alternativos de comunicação, especialmente a internet” (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p. 189).

Este estudo foca os conflitos do município de Cambuquira, pertencente ao Circuito das Águas de Minas Gerais, o qual possui águas que chegam a ser consideradas uma das melhores águas minerais do planeta (QUEIROZ, HELLER, ZHOURI, 2015 *apud* SALES, 2017). Este município foi prestigiado com o selo de “Comunidade Azul”, tornando-se a primeira cidade azul da América do Sul. Este título foi concedido por Maude Barlow, fundadora do “*Project Blue Planet*” e chefe do “*Council of Canadians*”, sendo esta a maior organização canadense de militância pública que concede o título de “*Blue Community*” aos municípios que fazem um uso equilibrado e racional dos seus recursos hídricos (THE COUNCIL OF CANADIANS, 2017). Barlow veio ao Brasil para proferir palestras sobre esses conflitos existentes em torno da água e lançar o livro “Ouro Azul”.

As águas de Cambuquira são diversificadas e apresentam grande potencial terapêutico, características estas que desenvolvem e fortalecem o turismo no município, o interesse econômico de esferas privadas e instigam a sociedade civil a cuidar e preservar deste bem natural. Na visão dos ativistas, essa luta vem justamente para impedir que se repita o que houve em São Lourenço e, conseqüentemente, uma depreciação e esgotamento das fontes do município.

Considerando esses aspectos procura-se neste trabalho **analisar os sentidos e os interesses contribuídos em relação ao uso pelas pessoas e organizações em torno da água mineral em Cambuquira a luz da gestão social.**

Com essa necessidade de pensar e planejar este recurso apresentam-se as justificativas de trabalhar com esta temática: os problemas relacionados à água não se limitam a uma questão de natureza técnica mas que se apresentam, principalmente, como uma questão gerencial, ambiental, política e social; a exploração da água mineral sendo considerada um minério; a ‘publicização do tema’ contribui para a formação de esferas públicas sobre a água e sua gestão,

as quais repercutem interesses representativos do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado e são capazes de influenciar as decisões políticas. Assim, para elaborar este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foram pesquisados as bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e o Portal de Periódicos Capes com base nas seguintes palavras chave: gestão social da água; gestão estratégica da água; água mineral e águas de Cambuquira. Não foi encontrado nenhum trabalho que correspondesse a nossa busca. Esse ineditismo também é uma das justificativas que respaldam essa pesquisa.

Este trabalho faz parte de uma linha de pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS/ UFLA), o qual teve um projeto de iniciação científica, denominado de “Gestão Social, Esfera Pública e Governança Deliberativa no Circuito Turístico das Águas”, sob orientação deste mesmo orientador e participação desta mesma autora no projeto de Iniciação Científica. O projeto teve duração de doze meses e contou com o financiamento de bolsa pela Instituição Fapemig, o qual agradecemos a oportunidade e o proveitoso trabalho que foi realizado graças ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ UFLA).

O presente trabalho está organizado em sete capítulos: A água mineral no Brasil e no mundo: as relações de interesse entre Estado, Mercado e Sociedade, como análise de contexto do tema; O paradigma da Gestão Social e suas categorias teóricas contrapostas as categorias da gestão estratégica, como referencial teórico de análise; Metodologia de pesquisa utilizada; O município de Cambuquira e suas características, como unidade de análise; O uso da água mineral no município; Interpretação do uso da água mineral pela sociedade civil organizada a luz da Gestão Social e da Gestão Estratégica, como resultados da pesquisa; Considerações finais.

2 A ÁGUA MINERAL: Relações de interesse entre Estado, Mercado e Sociedade

A água mineral tem se tornado um dos bens minerais mais valorizados pela sociedade para o seu aproveitamento nos últimos anos. Esse interesse está em torno das suas exclusividades em características específicas como em relação à pesquisa, lavra e aproveitamento. Este ainda é um bem mineral que adquire importância econômica e social tendenciosamente ao crescimento, requerendo da administração pública uma política que englobe todos os avanços tecnológicos na gestão de aquíferos e regulamentação industrial (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2009).

A água mineral pode receber várias conceituações de diversos órgãos oficiais e institucionais. A classificação mais utilizada é a do Código de Águas Minerais, através do Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945, em que o artigo 1º define que as águas minerais são “aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuem composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distinta das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa” (BRASIL, 1945). De acordo com Vieira (2015) a água comum é considerada um bem público, no qual o Estado cria leis e diretrizes para a segurança e conservação deste bem. Além de ser um bem público, a água é também um bem social e ambiental, pois ela tem uma relação com a sociedade e com o ambiente natural em que está inserida.

No ano de 1922, em um Congresso de Química, foi aprovado uma nova definição de água mineral, imposta por Alfred Schaeffer com a seguinte denominação “*toda aquella que, pelas suas propriedades físicas ou composição química, se afasta de tal modo da media das águas potáveis e de uso commum existentes no paiz, que possa com vantagem ser utilizada com fins terapêuticas ou como água de mesa naturalmente gasosa*”. Mesmo essa definição sendo diferente da que é considerada pelo Conselho Superior de Higiene Pública da França e também pela Academia de Medicina de Paris, onde estes a classificam como “*toda água natural proposta ao consumo em razão de propriedades therapeuticas ou hygienicas especiaes*”, mantendo o caráter de água medicinal (LOPES, 1931. p. 13 e 14).

As águas minerais estão disseminadas por todo o território nacional, possuindo baixo custo de investimento, frente de lavra pontual e que se preservada e mantidas as condições ambientais da zona de recarga, a sua chance de exaustão é reduzida minimamente. Esses fatores tornam-se agravantes para o crescimento da indústria de água envasada, apresentando aparentemente, baixo risco no seu investimento e um dos mais favoráveis mercados no setor mineral brasileiro (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2009).

Mesmo sendo tratada e regulamentada como um minério, independentemente de qualquer menção administrativa, legal ou política, “o ato de ingestão (consumo de água mineral, seja na fonte ou embalada) caracteriza essa substância como um alimento” (CAETANO, 2005, p. 79). Com todo o cenário atual, de exploração e comércio deste minério, os artigos 48 e 74 do Código de Minas de 1940 evidenciam a água mineral como um alimento, sendo que as condições de higiene e padrões de qualidade devem ser em consonância com o sistema adotado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (CAETANO, 2005).

Em síntese de tramitações que ocorreram no decorrer dos anos, há uma interrupção desse quadro que indica a água mineral como alimento e os responsáveis pelo engarrafado e distribuição das águas engarrafadas para consumo ficam a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) através do Decreto 4.147, de 04 de março de 1942, sendo este órgão na época vinculado ao Ministério da Agricultura. Este decreto teve a intenção de passar ao DNPM todo o gerenciamento da água mineral, porém, sem o sucesso pleno da descentralização da autoridade dos estados e municípios.

A água mineral, julgada simplesmente como um bem mineral, estaria sendo totalmente administrada pelo órgão competente do Ministério da Agricultura. Contudo, a água mineral, entendida como um alimento pronto para ingestão, perderia, de certa forma, o controle dos órgãos competentes de Saúde Pública no país. (CAETANO, 2005, p.80).

Em 1960, a Lei nº 3.782 de 22 de julho de 1960 dá início ao Ministério de Minas e Energia, e o DNPM vincula-se a este órgão e afasta-se mais ainda do ramo alimentício.

Em relação à evolução da legislação brasileira para alimentos, tem-se que, em 1969, foi assinado [...] o Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969; que em seu art. 1º, determina que “a defesa e a proteção da saúde individual ou coletiva, no tocante a alimentos, desde a sua obtenção até o seu consumo, serão reguladas em todo território nacional, pelas disposições deste Decreto-Lei”. Esse Decreto-Lei estabelece que todo alimento só poderá ser exposto à venda, após o registro no Ministério da Saúde (artigos 3º, 48 e 55).

Atualmente, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME) com finalidade de “promover o planejamento e fomento da exploração mineral e aproveitamento dos recursos minerais” (DNPM, 2017).

Além dessa titularidade, a água mineral também é utilizada para fins medicinais, conhecida como crenoterapia e hidroterapia. Crenoterapia, é o termo mais propagado e o único a constar do Código de Águas Minerais do Brasil, de 1945. A título de conhecimento, Caetano (2005), discorre sobre a formação da palavra crenoterapia, sendo *krenos*, a água e *terapia*, o tratamento. Atualmente o uso terapêutico da água mineral está sendo cientificamente comprovado através de trabalhos e pesquisas acadêmicas no tema e estes apontam pontos

positivos e negativos sobre tal assunto. A exemplo desta, temos o trabalho de Magalhaes (1970, p. 112), que é um dos primeiros trabalhos com a temática:

Como explicar a existência, de aproximadamente há mais de trinta anos, na Rússia, do Instituto Central de Balneologia, em Moscou, somente para que os médicos, durante quatro anos especializam-se, e tenham o direito de clinicar nas estâncias das águas sulfurosas do Cáucaso? Já é tempo de ser criada a disciplina de crenologia e crenoterapia em todas as faculdades de medicina do Brasil. Não será, acaso, essa, umas das maneiras do Governo prestar assistência médica ao seu povo? Quão valiosa a jornada da medicina contribuindo para o bem comum... Tenhamos Fé nessa cruzada pró solidariedade humana. Aonde estão as águas.

As águas minerais podem ter efeitos medicinais através de sua temperatura conhecida como águas termais, onde imersão em banhos termais podem gerar benefícios à saúde. Mas a temperatura desta água não é a única característica terapêutica, mas a sua composição que pode ser utilizada como medicamento. Esses benefícios podem ser absorvidos pelo corpo não só através da imersão em águas, mas também, pela ingestão de elementos químicos ou substâncias que são imprescindíveis para o equilíbrio do organismo, e conseqüentemente, obtendo sucesso no tratamento de enfermidades (CAETANO, 2005).

A justificativa que se tem para os benefícios da água mineral sem termalismo é a respeito da descoberta da radioatividade. A liberação de gases radioativos como o radônio, tório e actínio seriam os responsáveis por promover as curas que eram consideradas inexplicáveis e sem fundamentos científicos (CAETANO, 2005).

Com as pesquisas bibliográficas realizadas nas bases SciELO e o Portal de Periódicos Capes, com ênfase para a palavra-chave ‘água mineral’, foram encontradas centenas de publicações que enaltecem as qualidades terapêuticas das águas minerais, além de serem encontrados diversos grupos para estudos dessas águas, sobre sua correta e real indicação, efeitos e contraindicações. Mas segundo relatos de Caetano (2005), constata-se a falta de especialistas em crenoterapia entre os grupos existentes. Uma explicação para essa ausência pode ser explicada pela falta de disciplinas nas faculdades de medicina no Brasil, explica o autor.

É visto que a água não é apenas um bem natural, podemos compreender também que ela pode ser considerada um bem “simbólico, político e econômico”, pois ela consegue se associar com atividades que transcendem à questão ambiental, afetando comunidades em seu entorno, de maneira a criar uma cultura vinculada à presença da água (RUSCHEINSKY, 2004).

Um dos principais conflitos que cercam a questão da água em todo o Brasil é que “a água é elemento natural, não recurso hídrico, logo desprovida de valor econômico; porém,

adquirindo-a quando há destinação específica as atividades exercidas pelo homem” (FLORES, 2011, p. 04)

É possível observar a existência de um desacordo quando se trata da conceituação da água. Estas águas minerais possuem diversas funcionalidades, desde sua comercialização como alimento a tratamentos fitoterápicos. Esses benefícios despertam a atenção da população, e diversos posicionamentos e pretensões, em especial do Mercado, da Sociedade e do Estado. A seguir será apresentado o interesse do Estado em relação as águas minerais.

2.1. O Interesse do Estado

A água é reconhecida como um direito humano fundamental, o que significa a responsabilidade do poder público pela garantia do acesso à água para todos, de forma que não seja em uma base lucrativa (QUEIROZ, 2011). Barlow (2009) afirma que:

A cada dia, o fracasso de nossos líderes políticos em lidar com a crise global da água se torna mais evidente. A cada dia, a necessidade de um plano abrangente para a crise da água se torna mais urgente. Se algum dia houve um momento para que todos os governos e instituições internacionais se unissem para encontrar uma solução coletiva para essa emergência, esse momento é agora. Se algum dia houve uma época ideal para um plano de conservação e justiça da água para lidar com a dupla crise da água – escassez e injustiça, esse momento é agora. Não falta ao mundo conhecimento sobre como construir um futuro com garantia de água; o que falta é vontade política. (BARLOW, 2009, p. 44).

Nisso, se torna relevante a normatização sobre o uso da água mineral e que essa normatização seja legítima, no entanto, conforme Costa, Guarido Filho e Gonçalves (2013) as legislações sobre as águas foram construídas com foco nos aspectos econômicos e ênfase na geração de energia elétrica (COSTA; PERIN, 2004 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017). Em meados do século XX, no contexto do esforço de industrialização realizado pelo governo de Juscelino Kubitschek, a Constituição de 1967 manteve a restrição ao uso da água quanto a propriedade, no entanto não dispunha sobre formas de conservação e preservação dos recursos hídricos “[...] refletindo o espírito dominante no Brasil até a década de 1970, ou seja, o de que a água era um recurso renovável, portanto infinito” (COSTA; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2013, p.106).

De acordo com Vieira (2015), sendo as águas consideradas um bem público, estas merecem que o Estado criem leis e diretrizes para a segurança e conservação deste bem. De acordo com a Lei Federal nº. 9.433/97 a água é um “bem de domínio público” (BRASIL, 1997), diante tal razão, fica a cargo do Estado ditar as diretrizes relativas ao uso e consumo da água

em todo o território brasileiro. A Constituição de 1988 tratou de incorporar as águas do Brasil aos Estados e à União, e desta forma não existe um domínio privado para as águas no país, o Estado regula todas as atividades relativas a ela (BRASIL, 1988).

Em consonância com as pesquisas realizadas, encontrou-se afirmações de que a necessidade de cuidado e proteção à água deve ser considerada um direito fundamental máximo, sendo que este visa resguardar a dignidade da pessoa humana e o consumo desta, pois para que se tenha uma vida saudável é preciso fazer o uso constante desta (MAIA NETO, 2008).

Flores (2011, p. 10) argumenta que “reconhecer a água como direito fundamental, implica a imputação de deveres estatais, como: saúde, vida e dignidade da pessoa humana, e, portanto, exigíveis via judicial”. Com tal afirmação é possível considerar que a água é um direito de toda a humanidade, e carece de cuidados e preservação. Tal como afirma Maia Neto (2008) a água é coisa comum a todos, assim como também pode ser considerado o ar. A Constituição Federal de 1988 apresenta em seu artigo 5º que todos devem ter acesso a um ambiente sadio (BRASIL, 1988), e nesse caso o acesso à água potável é um direito de todo cidadão brasileiro, pois para que se viva em um ambiente sadio é imprescindível que as águas sejam preservadas. A legislação brasileira, através da CF/88 trata sobre questões ambientais e nela estão expressas leis e diretrizes para o uso e consumo de recursos naturais. Este mesmo instrumento de normalização trata em seu artigo 21, que é de competência da União gerenciar os recursos hídricos e definir critérios sobre os seus direitos de uso.

O Artigo 23 da Constituição Federal vigente contempla a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios como competência comum entre estes Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição de qualquer forma” (BRASIL, 1988 p.16). Maia Neto (2008) entende que a CF/88 coíbe qualquer ato de ofensa e atentado contra o meio ambiente e à água.

Diante tais apoios jurisdicionais que regulamenta “a dominialidade pública da água (...) não transforma o Poder Público federal e estadual em proprietário da água, mas torna-o gestor desse bem, no interesse de todos” (MACHADO, 2001, p. 414 *apud* SALES, 2017).

2.2. O Interesse Público Não Estatal

Segundo Irigaray (2003) os eventos internacionais que são organizados visando a abordagem da crise mundial da água, é nítido os antagonismos de partes interessadas. De um lado, estão posicionados os interesses do capital financeiro internacional e de grandes empresas que exploram a água e que insistem no seu reconhecimento como um bem econômico, pleiteando que sua administração seja confiada ao mercado; e do outro lado, sendo contrária à

privatização dos serviços de água, estão as organizações sociais, postulando o reconhecimento de direito à água e à democratização de sua gestão.

Adiante, os conflitos que envolvem a gestão da água não são visíveis apenas no Brasil, mas em diversos outros países como da América Latina, onde “[...] os ativistas [representantes da sociedade civil] que participam das lutas contra a mercantilização da água e a privatização dos serviços têm construído um conhecimento que é difundido tanto por meio dos espaços acadêmicos formais, quanto de veículos alternativos de comunicação, especialmente a internet” (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p. 189). Um dos conflitos mais conhecidos foi a ‘Guerra da água’ da Bolívia (FLORES, 2009). Em Minas Gerais um dos casos mais conhecidos é da exploração de águas minerais em São Lourenço (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015). Nestes casos, a sociedade civil sempre está presente em defesa dos interesses públicos não estatais.

Pode-se julgar como motivação central da sociedade civil atuar em defesa destas águas por identificarem que esta é uns dos elementos que mais se destaca em relação ao seu uso coletivo, devendo todos gozarem de seu usufruto em conjunto, sem a possibilidade de distinção de uso por um em prol do desuso de outro. Além também de possuir valor simbólico, político e econômico, pois esta tem a capacidade de associar atividades que ultrapassam a questão ambiental e afetam aqueles a sua volta criando uma cultura vinculada à presença da água (RUSCHEINSKY, 2004).

Quando se fala em uso sem discriminação por quem a utiliza, adentramos na conceituação da água como um bem público. Bem público, de acordo com Gremaud, Vasconcelos e Toneto (2011), são bens que se caracterizam por serem “não excludentes e não rivais”, sendo um bem não excludente aquele que nenhum indivíduo pode ser proibido de utilizá-lo, servindo de maneira igualitária a todos os indivíduos, enquanto o não rival exclui a participação dos demais quando uma pessoa usa este bem.

Reconhecer a água como bem público é resultado de uma constante interação entre sociedade e recursos naturais, onde Ruscheinsky (2004) afirma que esta integração reflete no cotidiano a ideia de que o acesso a água por todos pode diminuir as desigualdades entre as pessoas, atribuindo a esta mais uma justificativa para classificá-la como bem público.

Ao classificá-la desta maneira, exclui-se a possibilidade dela ser tratada como mercadoria, pois “sendo a água bem comum, não pode ser objeto de apropriação nem do ente público ou particular, pois Direito fundamental por excelência; portanto inalienável e irrenunciável” (FLORES, 2011, p. 07).

Vieira (2015) traz em seu trabalho a importante associação entre bem público e bem comum, visto que o primeiro, segundo este, corresponde a propriedade pública (quando o Estado é o proprietário) e sobre bem comum, sendo “quando o proprietário é uma pluralidade de indivíduos ou uma coletividade”. Sobre a classificação desta como bem comum, a explicitação de tal fica a cargo da Lei 9.433/1997, que institui uma política nacional voltada para a gestão dos recursos hídricos, e ela possui os seguintes fundamentos:

- I.** A água é um bem de domínio público;
- II.** A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III.** Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV.** A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V.** A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI.** A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997).

Com tais argumentos e com a constante luta da sociedade civil em manter este bem protegido sobre a justificativa desta ser um bem de direito ao uso por todos, explicita-se aqui uma das vertentes dicotômicas em relação ao uso da água mineral.

2.3. O Interesse Privado

A privatização e mercantilização da água está ocorrendo e intensificando em todo o planeta, e junto a estas ações, as oligarquias produzem conhecimento, norteiam o discurso, possuem o poder de narrativa e agem exercendo influência sobre a mídia, o poder público e a agenda mundial da água (PETRELLA, 2003; SWYNGEDOUW, 2007).

Submeter o acesso à água a relações lógicas de mercado significa não só privatizar e mercantilizar o ciclo hidrológico natural, mas também criar relações de domínio sobre as possibilidades de reprodução tanto dos novos excluídos do acesso ao recurso quanto de outras espécies naturais. Desse modo, a criação de mercados de direitos de água não é uma forma alternativa de gestão dos recursos hídricos, mas uma nova frente para investimentos e acumulação de capital, mantendo, evidentemente, todas as características excludentes que o processo resguarda. (MARTINS; FELICIDADE, 2003, p.33).

Caubet (2005) segue em consonância com essa afirmação e fortifica que a mercantilização/privatização da água são características da precária política pelos “donos” internacionais da água, considerando-a como um novo marco de produção de lucros. Mesmo a

água sendo reconhecida como um direito humano fundamental, as grandes corporações que realizam o comércio da água trabalham insistentemente para essa seja reconhecida como uma necessidade a ser provida pela iniciativa privada e incorporada pela lógica mercantil (BARLOW, 2009; CLARKE, 2007; GLEICK, 2007; IRIGARAY, 2003; LE MONDE, 2003; RIBEIRO, 2008).

No Estado brasileiro, as águas minerais que são envasadas podem ser classificadas como minerais de acordo com a sua temperatura e radioatividade temporária, sendo estas características inexistentes após a captação, adução, armazenamento e envase. Com isso, quando o consumidor tem acesso a água envasada já não está desfrutando de uma água mineral e sim de uma água potável. A água envasada pode ser atribuída como medicamentosa através da classificação de sua radioatividade permanente, sendo controversa as considerações da agência ambiental americana (BERTOLO, 2006) que advoga as radiações são danosas.

A demanda por água envasada tem crescido tanto no mercado nacional quanto internacional e com esse aumento de demanda vem sendo permitido que diversas águas sejam engarrafadas, estas tem participado das estatísticas mundiais de águas envasadas e sua diferenciação está relacionada à introdução ou não de gás carbônico. E como está mais facilmente produzir água engarrafada e distribuí-las pelo território, os preços destas estão sofrendo mais variações em decorrência da oferta e demanda e não pela própria qualidade da água.

Estes envasamentos, seja de água mineral ou não, estão sofrendo com o encarecimento a cada vez que surgem inovações nas embalagens, fazendo com que os produtos se tornem cada mais diferenciado e valorizado. Normalmente, as embalagens de envase são de vidro, com um formato que seja atraente e delicado, além de grande parte serem de vidros e com tampas de material exclusivo, o que a deixa cada vez mais sofisticada e valorizada, possibilitando agregar mais valor ao que é produzido.

Seu uso está relacionado não somente ao consumo como bebida e para a área alimentícia, mas também como na área medicamentosa através de sua ingestão na fonte, banhos, duchas e gargarejos. Mas existem controversas sobre a exploração das fontes para envase da água mineral, algumas delas diz respeito a qualidade das águas que são comercializadas, sendo estas cabíveis de questionamentos sobre tal qualidade, e também sobre ações dos agentes do campo que geram consequências socioambientais negativas gerando prejuízos à saúde humana e contribuindo para a degradação ambiental. Mas estas passam despercebidas pela população

devido as medidas estratégicas utilizadas pela mídia para seduzir consumidores e instigar influencia na percepção da sociedade (QUEIROZ, 2011).

Com essas justificativas, a água que é considerada uma dádiva da natureza (QUEIROZ, 2011) tem ganhado cada vez mais significado mercantil, sendo atribuída uma valorização a um bem que é indispensável para a vivencia humana. De acordo com Guterres (2006), na da Agenda Política mundial, a água é apresentada como um bem que possui valor econômico, sendo relacionado mais a interesses financeiros que a utilidade de prover seu acesso aos mais necessitados, o que pode levar este a gerar conflitos pelo bem em questão a várias localidades mundiais.

O mercado econômico agregou a imagem de que a água que é vinda da iniciativa privada, onde ocorre o envasamento, sendo embalada de forma atraente e que atende à lógica da assepsia moderna tem mais credibilidade que a água que é vinda da torneira. O causador desse descaso pela água de torneira está relacionado as corrupções e traições que rodeiam o mundo público, isso gera credibilidade para a população e é entendido que à água pode sofrer problema quando à sua qualidade e ao tratamento (QUEIROZ, 2011).

Finalmente, diante da exploração da água como um minério para Portugal Junior et al. (2015, p. 72) existe uma necessidade de mudança

[...] do ambiente institucional que regula o mercado de águas minerais no Brasil, onde tal recurso ainda hoje é considerado como minério e não como um recurso hídrico, para que as questões ambientais nesse segmento passem a ser fiscalizadas e normatizadas por meio de instrumentos mais recentes e descentralizados através de uma ampla participação dos agentes e organizações da sociedade.

Finalmente, para Portugal Jr., Reydon e Portugal (2015, p. 429) “A água seja ela superficial, subterrânea ou mineral, não deve ser vista como uma mercadoria ou commodity, mas como um recurso hídrico de domínio público e gerido pelas instituições da sociedade, visando não apenas ao objetivo econômico, mas também, social e ambiental”. Esta visão deve ser propagada diante o fato de que as cidades que possuem alguma fonte de água se desenvolvem em torno destas, tendendo a ter uma cultura voltada para questões hídricas, utilizando desta vantagem para se alavancarem.

3 GESTÃO ESTRATÉGICA E GESTÃO SOCIAL

Em se tratando de outra modalidade de Gestão, temos em contrapartida, a Estratégica, que é compreendida como sendo uma ação social utilitarista, desenvolvida a partir do cálculo de meios e fins e é efetivada a partir da interação entre dois ou mais indivíduos, sendo que um destes possui autoridade formal sobre o(s) outro(s) (TENÓRIO, 1998).

Para Tenório (2004), o conceito de Gestão Estratégica adquiriu o sinônimo de razão instrumental, onde os objetivos individuais e ou organizacionais sobrepõe os objetivos coletivos, e para este mesmo autor, a expressão “ação estratégica” refere-se a uma “ação racional voltada para o êxito, será antiética a ação comunicativa – ação racional voltada para o entendimento” (TENÓRIO, 2004, p. 23). Tornando este um ponto crucial de oposição entre Gestão Social e Gestão Estratégica, onde a primeira possui caráter participativo e dialógico, enquanto a segunda caracteriza-se por ser monológica e tecnoburocrática.

Comportamento tecnoburocrático pode ser entendido como a combinação de competências técnicas com atribuições hierárquicas, ou seja, toda ação social implementada sobre o predomínio de competências técnicas que se manifesta tanto no setor público quanto no privado, sendo um fenômeno comum às sociedades contemporâneas (TENÓRIO, 1998). Esta ainda é considerada um fenômeno elitista resultante da projeção da racionalidade instrumental sobre a gestão da organização sob a epistemologia da teoria tradicional e utilizando a ação gerencial do tipo monológica, ela é enquadrada como autoritária, na proporção que substitui a ideia de associação de indivíduos livres e iguais perante o pensamento de uma sociedade isenta de sujeitos. Este comportamento tecnocrático pode se enquadrar como antidemocrático quando não há valorização da participação da sociedade nos processos das políticas públicas.

Tenório (1998) trata a gestão social como antítese da gestão estratégica, conforme se observa nas seguintes passagens:

A gestão social contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. É uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo [...] Portanto, no contexto da *gestão social* orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações. Existe argumento quando os requisitos de validade se tomam explícitos em termos de até que ponto podem ser oferecidas boas razões para eles em lugar da coação ou força. Estes argumentos são expostos através da *razão*, do conhecimento; portanto, discursivamente. Quem fala expõe suas idéias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão. (TENÓRIO, 1998, p. 16).

Enquanto no processo de *gestão estratégica*, harmônico com o agir estratégico, monológico, uma pessoa atua sobre outra(s) para influenciar a continuação intencional de uma interação (neste tipo de ação a linguagem é utilizada apenas como meio para transmitir informações), sob uma ação comunicativa, dialógica, um indivíduo procura motivar racionalmente outro(s) para que este concorde com sua proposição (neste tipo de ação a linguagem atua como uma fonte de integração social). (TENORIO, 1998, p. 17).

Em síntese, a abordagem de Gestão Estratégica critica a gestão burocrática-estratégica e empenha-se em defender a percepção de interesse público não estatal. A aparecer outras definições como a busca por “[...] converter os fluxos comunicacionais das esferas públicas em ações e decisões políticas a partir de sua organização na sociedade civil” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 103) e ainda “o conceito de gestão social, desde então pretendido, significaria o uso coletivo da razão por meio da livre argumentação, promovendo, no mundo social, acordos corretos e desejáveis à prática do bem comum” (TENÓRIO, 2013, p. 15).

A contraposição entre gestão estratégica e gestão social é comum quando se trata da questão habermasiana da gestão social e quando se estuda alguns autores chaves que apresentam tal dicotomia, que podem ser vistas no trabalho de Teixeira Cruz (2017).

Quadro 1 - Análise comparativa entre gestão estratégica e gestão social.

Dimensão	Gestão Estratégica	Gestão Social
Ponto de partida	Melhoria do desempenho	Participação / Bem viver
Racionalidade	Utilitária / formal / instrumental / monológica	Comunicativa/dialógica
Tomada de decisão	Baseada em planejamento e num sistema de alinhamento organizacional a partir dos objetivos da organização	Tomada de decisão coletiva, balizada pelo interesse bem compreendido/bem comum
Transparência	Informações constantes nos relatórios técnicos e nas avaliações sistemáticas com acesso limitado	Informações disponíveis baseadas na intersubjetividade, tornando possível a dialogicidade
Espaço	Esfera privada	Esfera pública
Finalidade da gestão	Minimização de custos e maximização de resultados (Minimax)	Interesse bem compreendido/bem comum
Método	Positivismo lógico	Teoria crítica
Estrutura organizacional	Hierarquia/heterogestão	Heterarquia
Premissas teóricas	Individualismo metodológico	Socialização
<i>Modus operandi</i>	<i>Modus operandi</i>	Cooperação
Benefícios	Lucros e resultados empresariais	Melhoria na qualidade de vida
Dimensão temporal	Preferencialmente curto prazo; médio e longo prazos baseados em planejamento	Sustentabilidade - longo prazo
Amplitude da ação	Preocupação apenas com o que lhe é concernente	Preocupação geral com o contexto

Visão	Linear/Objetiva	Complexidade / intersubjetividade
Foco	Mercadocêntrico	Sociocêntrico
Consequências	Reificação	Emancipação
Relação	Mundo do trabalho	Mundo da vida

Fonte: Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 85) *apud* Teixeira Cruz (2017, p. 33).

Segundo os estudos de Cançado, Villela e Sausen (2016, p. 70) que trabalham com o grifo de que a discussão entre essas duas gestões é uma das principais e mais antigas discussões na área de Gestão Social. E teve como inaugurador da noção discutida, os trabalhos de Tenório (1998), que teve por continuidade em outros expressivos momentos (2008; 2010; 2012).

Diante tal disparidade de características e em busca desse equilíbrio sugerido por Cançado, Villela e Sausen (2016) é que este estudo tira embasamento para conseguir analisar, por meio dos processos metodológicos a serem apresentados a seguir, os sentidos e os interesses atribuídos pelas pessoas e organizações ao uso da água mineral em Cambuquira a luz da gestão social, contrapondo-se aos pressupostos da gestão estratégica.

4 GESTÃO SOCIAL

O primeiro cientista brasileiro a mencionar o termo Gestão Social foi Fernando Guilherme Tenório que teve seu contato inicial com o termo através de um texto de Giorgio Rovida (1985) que trata de experiências autogestionárias na guerra civil espanhola (TENÓRIO, 2012). O texto mencionado aborda Gestão Social com o significado de democracia proletária de caráter local (ROVIDA, 1985; CANÇADO *et. al*, 2015).

Em 1993, a conceituação sofreu algumas alterações, onde Bernardo Kliksberg lançou o livro “Pobreza, um Tema Impostergable: Nuevas respuestas” a nível mundial, podendo este ser o primeiro texto latino americano que se refere a gestão social, segundo pesquisas (TENÓRIO, 2010). No referido texto, a Gestão Social é conceituada como gestão de políticas públicas sociais (KLIKSBERG, 1994). Este conceito já tinha sido discutido em um evento ocorrido em 1992, no qual Tenório (2010) estava presente e retratou que o termo foi referenciado como à gerencia de políticas públicas sociais e questões relativas ao terceiro setor, mas em decorrência dos debates ocorridos, novas perspectivas e expectativas foram despertadas.

No ano de 1997, Fernando Guilherme Tenório participou de um curso nos Estados Unidos sobre “Directivos em Diseño y Gestión de Politicas y Programas Sociales”, e foi neste curso que o pesquisador teve a oportunidade de ampliar sua percepção acerca da Gestão Social. Com essa graduação a mais, o referido autor desenvolveu, em 1998, um artigo que retrata a perspectiva conceitual sobre o tema, e que posteriormente teve este trabalho publicado na Revista de Administração Pública, podendo este ser considerado o primeiro texto nacional a tratar especificamente sobre essa temática (CANÇADO *et. al*, 2015).

Este artigo, intitulado de “Gestão Social: uma perspectiva conceitual”, Tenório (1998) desenvolveu o conceito de Gestão Social a partir de experiências teóricas e práticas desenvolvidas no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), sendo esta uma linha de pesquisa implementada na EBAP/FGV. Além de resgatar pontos teórico-crítico da escola de Frankfurt, em especial, as concepções do frankfurtiano Jürgen Habermas. Este autor, que pertence a segunda geração frankfurtiana, estabelece conceitos de democracia das relações sociais na sociedade contemporânea através de seu conceito sobre racionalidade comunicativa (TENÓRIO, 1998).

Em se tratando de gerações, os primeiros frankfurtianos observavam a ocorrência da racionalidade instrumental como sendo um acontecimento inibidor da emancipação do homem, uma vez que uma ideia, um conceito ou teoria nada mais é que esboço ou plano de ação, e as peças chaves desse processo é a probabilidade e o cálculo, concluindo que a verdade nada mais

é que o sucesso de uma ideia sobre a outra. Já a segunda geração, que é defendida por Habermas, está em consonância que a razão instrumental inibe a autonomia social dos indivíduos, visto que as substâncias que estruturam a razão da pessoa é sujeito à razão funcional por meio de ações estratégicas. As racionalidades tanto instrumental quanto comunicativa se formam no “mundo da vida”, sendo os seus componentes: a cultura (conhecimento), a sociedade (ordem legítima) e a personalidade (traço individual) (TENÓRIO, 1998).

Tenório (1998) aprofunda sua conceituação sobre Gestão Social através da análise dos pares de palavras Estado-Sociedade e Capital-Trabalho, que posteriormente são modificadas para Sociedade-Estado e Trabalho-Capital. Essa mudança ocorreu devido a importância de se ressaltar que a sociedade e o trabalho são os protagonistas destas relações (CANÇADO, 2011).

França Filho (2008) entende gestão social em duas vertentes, como processo e como fim (nível macro). Pelo nível macro, a Gestão Social como fim teria por objetivo a resolução e atendimento das demandas e necessidades da sociedade. Visto essa sob a vertente de processo, poderia ser visualizada como uma modalidade específica de gestão (nível organizacional), tendo por intuito a busca por subordinação das logicas instrumentais, sendo estas típicas da gestão estratégica, a outras logicas, sendo mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas (FRANÇA FILHO, 2008, p. 30). Por outro lado, Gomes et al. (2008, p. 59) *apud* Cançado, Pereira, Tenório (2013) considera que “[...] pensar em gestão social é ir além da gestão de políticas públicas, é estabelecer a conexão entre ações de intervenção e de transformação do campo social, sendo uma noção mais ampla e que não se restringe à esfera público governamental”. Mas, este termo, atualmente ainda,

[...] tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo. No PEGS, entretanto, o conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação. (TENÓRIO, 2008c, p. 147-148).

O campo conceitual do termo ainda está em construção e já apresenta indícios de que o campo é complexo e de grande potencial teórico e analítico (CANÇADO, 2011). Talvez seja por esse motivo que termo esteja em pleno desenvolvimento. Diante de tal discrepância de argumentos, Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) anunciam que “a Gestão Social não é uma narrativa uniforme e homogênea, como se pressupõe à primeira vista, mas um campo

socialmente construído a partir da diversidade e da heterogeneidade sociocultural [...] nacional” (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 240).

Visto tais distinções de significados e interpretações do termo Gestão Social, é que foi construído um quadro que tem por função apresentar as diversas conceituações do tema, de acordo com Teixeira Cruz (2017).

Quadro 2– Respeitáveis autores e perspectivas de Gestão Social.

Autor	Conceito
Tenório (2005)	O processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação.
Fischer (2002)	Um processo de mediação transformador que: articula múltiplas escalas de poder individual e societal; trabalha a identidade de processos, refletindo e criando pautas culturais; coordena interorganizações eficazes; promove ação e aprendizagem coletivas; comunica-se e difunde resultados; presta contas à sociedade; reavalia e recria estratégias, tendo por processo, alvo e motor, o desenvolvimento, considerando dimensões tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, que conformam organizações complexas e instituições.
Boullosa e Schommer (2008)	O processo de construção da Gestão Social como alternativa de governança fundamenta-se no propósito de promover avanços nas práticas de gestão para a democratização nas relações sociais, por meio de práticas participativas e de engajamento nas decisões e práticas, em modelos decisórios de baixo para cima (bottom-up), privilegiando a dimensão dialógica e relacional da gestão (TENÓRIO, 2002;2004). Ao contrapor-se a modos de gestão fundamentados em hierarquia, controle e racionalização, a Gestão Social manifestaria um de seus potenciais de inovação.
França Filho (2008)	A Gestão Social configura-se como espaço de atuação da sociedade civil, sendo portanto, uma esfera pública não estatal. A Gestão Social é o modo de gestão praticado por organizações que não são nem do mercado e nem do Estado, porém, muitas vezes, mantêm relações de parceria com essas esferas para a implantação e execução de determinados projetos. Essas organizações não possuem objetivos econômicos, sendo que este configura-se apenas como um meio para o atingimento da meta principal, que pode estar ligada a cultura, política ou ecologia, de acordo com a natureza de atuação de cada organização.
Pereira e Rigatto (2011)	[...] processo gerencial dialógico em que a concepção, a elaboração, a implementação e avaliação de políticas é compartilhada entre os participantes da ação no âmbito da esfera pública, onde todos têm o direito à fala sem nenhum tipo de coação e tomam as decisões de forma democrática e deliberativa.
Cançado (2011)	A tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.
Araújo (2014)	Um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e

	tipos de poder. Prevaecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários. Os saberes produzidos no campo da Gestão Social nascem de processos indutivos de práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira para suas aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público.
Mendonça, Gonçalves-Dias e Junqueira (2012)	Tem como objeto de estudo a gestão de problemáticas sociais e ambientais que necessitam de uma visão intersetorial e interorganizacional, considerando seu espaço de articulação em um contexto de constante fortalecimento democrático, onde múltiplos atores compartilham interesses, visões e ações dentro de um território.

Fonte: Teixeira Cruz (2017; p. 25)

Há argumentos, como o de Guerra (2015, p. 24) que enunciam que o campo da gestão social é constituído por numerosos saberes híbridos “gerados pelos atores sociais tanto no âmbito da universidade quanto na prática da Gestão Social”. Estes valores também faz parte do que é pensado e compartilhado por Araújo (2014), em que a gestão social:

[...] é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevaecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento de interesses privados, individuais e monetários. Os saberes produzidos no campo da gestão social nascem de processos indutivos de práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira de suas aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público (ARAÚJO, 2014, p. 88).

Com tal passagem, é notável que a gestão social coordene os interesses entre os atores relacionados ao Estado, ao mercado e sociedade civil, em prol da institucionalização de demandas democraticamente construídas (TENÓRIO, 1998; 2005; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). E, assim, de acordo com Pereira (2012, p. 13),

[...] a gestão social se situa no espaço de interseção das relações entre Estado, Mercado e Sociedade e torna-se capaz de converter os fluxos comunicacionais das esferas públicas em ações e decisões políticas a partir de sua organização na sociedade civil. Sendo assim, a gestão social é uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal, tendo como tarefas na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municiando-a de informações de qualidade, dentre outras.

Diante dessa afirmação de Pereira (2012), é possível acrescentar as três grandes categorias descritas por Cançado (2011), a saber: interesse público, esfera pública e emancipação.

O primeiro, interesse público, é o ponto de partida da gestão social, onde este também sustenta e aborda as categorias solidariedade e sustentabilidade. Para Cançado (2011), a

categoria esfera pública é o *locus* da gestão social e abriga outras complementares: comunidades de prática, democracia deliberativa, dialogicidade, interorganizações, intersubjetividade e racionalidade. A terceira e última grande categoria, emancipação, é o fim último da gestão social. Dessa forma, tanto em Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2013) as categorias da gestão social são: democracia deliberativa; comunidades de prática, interorganizações, dialogicidade, emancipação, esfera pública, interesse bem compreendido, intersubjetividade, racionalidade, solidariedade e sustentabilidade. Na segunda edição do livro (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) não são consideradas categorias teóricas comunidades de prática e interorganizações.

Em discussão sobre as categorias Solidariedade e Sustentabilidade, Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) afirmam que estas categorias podem ser consideradas como pano de fundo do Interesse Bem Compreendido (IBC) através da seguinte passagem:

[...] o IBC seria o instrumento pelo qual o potencial de Solidariedade se realiza em prol da Sustentabilidade, em outras palavras, ao se tratar do bem-estar coletivo (solidário, no sentido estrito do termo) na perspectiva do IBC tem-se como norte a Sustentabilidade (ampla, não só ambiental). (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p 143).

Estas três categorias citadas no grifo acima, representam um importante tripé que faz parte do esboço sobre o tema: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Ao se referir ao termo Sustentabilidade como Categoria Teórica, está se referindo à sua condição de continuidade latente. (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013, p. 143).

Em relação a Esfera Pública, Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) sustentam esta categoria no contexto da Gestão Social a partir de Habermas e explicam que a Gestão Social se desenvolve à medida que se desenvolve a esfera pública, no sentido de conduzir à emancipação do indivíduo que vivia ofuscado pela esfera pública burguesa” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 148). Afinal, “[...] para que a Gestão Social aconteça efetivamente é necessário um espaço onde, novamente (mas com diferentes intenções), as pessoas privadas se encontrem em um espaço público a fim de deliberarem sobre suas necessidades e futuro” (CANÇADO, 2011, p. 172).

Com isso, os autores redefinem esfera pública a partir do que é público ainda na perspectiva habermasiana e esclarecem que o espaço público pode ser entendido como o espaço em que o homem se satisfaz na qualidade de ser político, ou seja, é o espaço em que o homem fala, é ouvido e compreendido pelos outros (CANÇADO, PEREIRA, TENORIO, 2013).

Dentro deste contexto podemos encontrar outras categorias relevantes, a princípio, tem-se a Democracia Deliberativa, que pode ser entendida como sendo a forma de tomada de decisão

dentro desta esfera pública na qual acontece a Gestão Social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Em seguida, temos a Dialogicidade, definida por Cançado, Pereira e Tenório (2013) como sendo aquela que prioriza o diálogo como a principal forma de comunicação, de ouvir e entender as outras pessoas. E, para que haja compreensão desse diálogo, segundo estes mesmos autores, é através da categoria Intersubjetividade, que “é a capacidade dos indivíduos de entender a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, entender o que se está sendo dito e também como está dito” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 160). De acordo com os grifos dos autores citado acima,

A Dialogicidade só acontece se houver Intersubjetividade, para compreender e participar do diálogo é necessário estar familiarizado com suas regras, estruturas e contexto, em outras palavras, a Intersubjetividade é condição para a Dialogicidade. (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 160- 161).

Finalizando as categorias que formam a tríade da Gestão Social, temos a Emancipação, que segundo os estudos de Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) é a finalidade da Gestão Social e está compreendida no sentido de que “homem (o ser humano) se emancipa quando se percebe enquanto indivíduo, com suas potencialidades individuais (*forces propres*) como motor das forças sociais, por fim, quando se percebe como ser político” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 167).

Com tais análises das categorias discutidas acima, os autores supracitados apresentam a gestão social como: “[...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação do homem (ser humano).” (CANÇADO, 2011, p. 275).

Os autores Alcântara, Pereira e Silva (2015) ficaram a cargo de sintetizar os dizeres de Tenório (1998; 2005) e Cançado, Pereira e Tenório(2013), argumentando que uma das características defendidas pelos autores é que “a gestão social emerge como processo dialógico (a ação comunicativa é o tipo de ação social que a norteia; para alguns autores a ação substantiva) e o protagonismo é da sociedade (civil)” (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA; PRADO e VIEIRA, 2015, p. 18).

Em resumo ao que foi trabalhado neste tópico e que dará subsidio para os próximos, é que “[...] a gestão social possibilita que a mediação entre homem e natureza, organização e recursos ecológicos seja pautada por uma forma de pensar e por um conjunto de valores marcados pelo caráter integrativo, cooperativo, qualitativo e de parceria” (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012, p. 747).

A gestão social contribui para discutir o papel dos atores sociais envolvidos na gestão da água mineral em sua interação com o Estado, Mercado e Sociedade, mostrando-lhes a oposição entre valores que podem existir em uma mesma esfera de participação, sendo que nessa podem aparecer diálogos que tendem para uma gestão social de fato ou para outro tipo de gestão, podendo ser em oposição a esta, como poderemos observar no capítulo que trata da Gestão Estratégica. Antes de entrar no conteúdo da gestão estratégica, torna-se necessário apresentar as características da educação dialógica que marcam a essência da gestão social utilizadas na pesquisa. Pode-se considerar como definição deste processo de educação dialógica: "A criação de grupos (ou comunidades) capazes de diagnosticar e analisar seus próprios problemas, de decidir sobre ações coletivas e de realizar tais ações para lidar com esses problemas, independente da influência externa" (OAKLEY; JAMES, 1976). Segundo Oakley (1980), o processo consiste em cinco conceitos básicos que são fundamentais no processo de educação participativa, são eles: (i) faculdade crítica; (ii) participação; (iii) organização; (iiii) solidariedade e (iiii) articulação.

Faculdade Crítica diz respeito ao nível de consciência, seja ela crítica, ingênua e mágica, onde estão alocados os indivíduos e a coletividade que vai agir em conjunto (PEREIRA, 2016). De acordo com Oakley (1980), o desenvolvimento da faculdade crítica consente ao grupo a averiguação da sua situação em se tratando de sua realidade e que sejam propostas ações para mudar esta realidade. Este processo apresenta as seguintes fases:

Identificação dos problemas;

Identificação das possíveis causas;

Estabelecimento de cursos de ações para lidar com os problemas identificados;

Desenvolvimento das ações e avaliação.

O estágio de identificação dos problemas refere-se essencialmente à definição da realidade, estando dependente fundamentalmente de quem está definindo a realidade, os conceitos utilizados na formação de problemas e quem está ordenando as prioridades dos problemas (OAKLEY, 1980, tradução nossa).

A participação é o elemento central de todo o processo e está relacionado a presença do sujeito, a sua liberdade de expressão e de reconhecer suas opiniões, além de poder formar a opinião que sirva de representatividade da coletividade, seguindo o princípio já mencionado acima, o da dialogicidade entre o grupo de representação (PEREIRA, 2016). Segundo Oakley (1980) esta refere-se a participação ativa dos membros do grupo em termos de tomada de decisão, planejamento e execução das ações acordadas.

Em termos de organização Alencar (2001) considera que esta “diz respeito à estruturação interna do grupo de tal forma que os membros assumam efetivamente seu controle, evitando que sua sobrevivência esteja na dependência do agente externo ou de um líder”. Estes agentes externos citados, servem para estimular a participação e adquirirem responsabilidades através das metas que devem ser alcançadas, sendo estas definidas de forma coletiva pelo grupo. Essa organização faz parte da elucidação do processo de conscientização e da participação (PEREIRA, 2016). A solidariedade é uma categoria que também se refere a um desdobramento do processo de conscientização e de participação dos sujeitos na ação coletiva (PEREIRA, 2016), que de acordo com Alencar (2001), diz respeito a predisposição para a cooperação entre os membros do grupo, de maneira que sejam desenvolvidas ações para a soluções de problemas cotidianos. Oakley (1980) acrescenta que com esta, o comportamento do grupo se torna unido e cooperativo, deixando ou nem chegando a ser um grupo competitivo, individualista ou sujeito à dominação externa.

Por último, a articulação, que Oakley (1980) denomina como a extensão da solidariedade a outros grupos que são identificados com problemas similares. Esta é conceituada por Alencar (2001) como a forma de expressar o poder ou a capacidade de exercer influência nas decisões políticas em uma organização, instituição ou Estado. O processo existentes são contínuos, de modo que um exerça influência sobre o outro no decorrer do tempo através da rotina de ação-reflexão-ação transformadora (PEREIRA, 2016).

5 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, o presente trabalho guia-se pelo tipo de pesquisa qualitativa, com caráter descritivo. Segundo Cançado, Pereira e Tenório (2013) no campo da Gestão Social, esse modelo é o mais adequado. A abordagem qualitativa atribui importância central aos fenômenos e os elementos envolvidos a eles que podem ser acessados pelos depoimentos, discursos e contextos em que os atores estão inseridos (GODOY, 1995; MINAYO, 2012).

Adequado com a abordagem qualitativa, a pesquisa é do tipo descritiva (TRIVIÑOS, 1987) que possibilita congregar vários meios de coleta de dados. Adicionalmente, esta pesquisa é desenvolvida mediante dados primários e secundários.

A unidade de análise desse estudo limita-se ao município de Cambuquira, localizado na região sul de Minas Gerais. A sua escolha como *locus* de pesquisa deve-se ao fato de estar inserido em uma das mais importantes estâncias hidrominerais do Brasil, apresentando uma configuração institucional específica em torno do uso da água com a presença de organizações públicas estatais e não estatais, Ministério Público do Meio Ambiente, organizações não governamentais, cooperativas, associações comunitárias, organizações privadas, entre outras.

Para garantir autenticidade dos fatos, foram utilizados múltiplas fontes de evidências que se encaixam perfeitamente ao estudo de caso, de forma coerente. Poteete, Ostrom e Janssen (2011) explicam que confiar em apenas um instrumento ou método em uma pesquisa pode ser uma estratégia ‘perigosa’. Devido a esse fato, os meios de coleta utilizados foram os seguintes:

- i) Pesquisa bibliográfica;
- ii) Pesquisa documental;
- iii); Observação não participante;
- iiii) Imersão na gestão pública municipal;
- iiiii) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE.

As (i) pesquisas bibliográficas foram realizadas em artigos, livros, teses, dissertações e outros meios de divulgação de trabalhos científicos. A (ii) pesquisa documental envolve materiais escritos, estatísticas e imagens (GODOY, 1995). Neste caso, foram pesquisados reportagens em jornais locais e em acervo no próprio município, estatutos que continham conteúdo relevante sobre as águas, relatórios, atas de reuniões da ONG Nova Cambuquira e Câmara Municipal local, publicações institucionais, reportagens, dentre outras. A pesquisa

documental foi fundamental para construir o contexto sócio-histórico e cultural da gestão da água de Cambuquira.

Na (iii) observação não participante sistemática que é adequada a metodologia qualitativa e de estudo de caso (YIN, 2014). Na observação não participante o pesquisador atua como ouvinte do processo, procurando a partir dos objetivos e de uma demarcação dos itens a serem observados registrar os eventos pertinentes ao estudo (GODOY, 1995).

Outro método utilizado, (iiii) Imersão na gestão pública municipal de Cambuquira. Esta imersão teve duração de cinco dias corridos, onde foram observados alguns aspectos relevantes relacionados ao funcionamento da Administração Local e o relacionamento com a Sociedade. Esta análise foi feita em conjunto com a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e alguns membros da Universidade Federal de Lavras, inclusive os autores deste trabalho. Foram observados aspectos sobre a Administração Pública local, como estrutura administrativa, funcionalismo desta e apoios políticos; sobre o planejamento municipal, foram observados aspectos relacionados a Lei Orgânica do município e os instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentarias e Lei Orçamentaria Anual, inclusive se estas estão disponibilizadas para a população e se na fase de elaboração, a população participa de tais instrumentos; as finanças públicas municipais e algumas outras informações relevantes para a elaboração do relatório final de participação do projeto de Imersão em Gestão Pública Municipal.

A Figura 1 retrata a participação dos membros da Universidade Federal de Lavras e da Fundação João Pinheiro junto de seus orientadores, um de cada instituição, já presentes em Cambuquira.

Figura 1- Alunos da UFLA e da Escola de Governo da FJP junto aos seus orientadores na Imersão na Gestão Municipal em Cambuquira.



Fonte: Arquivos pessoais (2017)

Por fim, a aplicação do (iiii) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE com a sociedade civil e membros de organizações do município. O DRPE é um método praxiológico de diagnosticar a realidade, de caráter qualitativo, fundamentado na crítica coletiva e na mudança cultural no intuito de alcançar a emancipação social. Se fundamenta, por um lado, nos chamados *Diagnósticos Rápidos Participativos* enquanto instrumentos que viabilizam a participação social e, por outro, na ação comunicativa, ao estabelecer processos dialógicos entre a equipe de pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. O caráter *emancipador* do DRPE se estabelece em três momentos de um único e articulado movimento: expressão e descrição da realidade; crítica do material exposto; e criatividade (PEREIRA, 2001). Este também possui o diálogo como característica fundamental para seu desenvolvimento, sendo que este é importante na sua conexão com a mudança social e abordagens participativas.

O DRPE consiste em aglomerado de técnicas, que buscam, a priori, induzir os indivíduos participantes a um processo reflexivo dos temas abordados durante as técnicas até chegarem alcançarem seu fim último, a emancipação. Para o desenvolvimento desta prática é preciso que se tenha uma equipe interdisciplinar externa, onde o principal papel dessa equipe é de orientar os participantes a identificar seus próprios problemas, suas causas e prováveis soluções, enfatizando suas demandas dentro de um princípio baseado no diálogo. Isso justifica que a participação neste método está baseado no saber, nas aspirações, na capacidade criativa dos participantes e do envolvimento de outros atores sociais (PEREIRA, 2016).

As técnicas utilizadas para coletar as informações relevantes para este estudo são sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 3- Síntese das técnicas utilizadas no DRPE

Técnica	Objetivo	Descrição
Apresentação da equipe interdisciplinar	Aproximar a equipe interdisciplinar dos membros participantes; Estabelecer pacto informal de compromisso com a verdade e respeito mútuo.	A equipe deve pedir licença a cada membro para realizar o diagnóstico em seu local de trabalho, apresentar cada um dos membros da equipe, apresentar e explicar as atividades do diagnóstico e pedir que cada um dos participantes se apresente falando o nome. Na sequência, depois da concordância da coletividade em realizar o diagnóstico, a equipe solicita aos participantes que cada um fale a sua idade, estado civil, ocupação, número de filhos e de dependentes, dentre outras informações complementares.
Mapeamento histórico	Desenhar o mapa do local onde reside e/ou trabalha a coletividade; induzir a participação.	O mapa é desenhado pelos próprios participantes, apresentando detalhes de toda a área de residência e/ou de trabalho. Deve-se estimular a reflexão de cada um dos participantes em relação à sua própria realidade percebida por meio da visualização de sua situação e a de seus vizinhos ao construir o mapa coletivamente. É nesta técnica que são identificados junto aos participantes os principais lugares a serem visitados pela equipe interdisciplinar na próxima técnica desenvolvida.
Caminhada Transversal	Levantar informações detalhadas sobre os locais citados, documentar (através de fotos) as localidades, conhecer a paisagem e as características socioambientais.	Consiste em percorrer transversalmente o maior diâmetro da área objeto do diagnóstico pela equipe interdisciplinar, acompanhada por pequenos grupos que conheçam bem a área, observando os aspectos que estão em questão, de forma a captar os elementos da história do lugar, a situação presente e a situação desejada pela coletividade.
Diagrama de Venn	Fomentar o diálogo entre os participantes para expressem a realidade que vivem, identificar e avaliar organizações públicas e privadas que têm importância e atuação sobre a coletividade em foco, na interpretação dos próprios participantes do diagnóstico.	Consiste na representação gráfica, em forma de círculos ou “bolas”, na interpretação dos participantes, da importância e da atuação de organizações, entidades ou instituições que estão presentes em suas vidas cotidianas, tendo como referência a própria organização que os representa.
Calendário Sazonal	Promover a reflexão crítica sobre a organização	Consiste na construção, junto com os participantes, de um esquema gráfico onde as coordenadas Y e X representam,

	do trabalho, a distribuição das principais atividades e a demanda relativa da força de trabalho ao longo dos meses de um ano, no sentido de avaliar as potencialidades e limitações da coletividade.	respectivamente, a demanda relativa de força de trabalho, medida em dias de trabalho, e as atividades ao longo dos meses de um ano.
Entra e Sai	Coleta de informações de dados econômicos e de produção de uma coletividade.	Elaborada a partir de desenhos e representações gráficas, que permite aos participantes uma melhor visualização dos seus gastos e receitas em cada atividade produtiva ou de serviço desenvolvida. Essa técnica tem um conteúdo pedagógico crítico por mostrar a posição da coletividade na “Cadeia Produtiva” na qual está inserida, explicitando os fornecedores de insumos e os canais de comercialização, o que permite analisar suas potencialidades e limitações no mercado
Entrevistas semiestruturadas	Obter o máximo de informações e avaliar as variações das respostas em diferentes momentos, complementar informações de técnicas anteriores.	Consiste em questionamentos básicos, apoiados em teorias ou objetivos do estudo e que oferecem amplo espaço de interrogativas, resultante do diálogo com os informantes. Nesse sentido, algumas questões orientadoras da entrevista são elaboradas a priori e complementadas à medida que vão aparecendo mais informações, sejam secundárias ou primárias, em um processo contínuo de retroalimentação
Grupo Focal	Obter informações qualitativas sobre os <i>Temas Geradores</i> da coletividade.	É uma entrevista coletiva, utilizada para um tipo especial de grupo, onde um animador coordena a discussão para identificar a tendência de percepções dos participantes do grupo, fundamentando-se nas atitudes e percepções relacionadas a conceitos, produtos, serviços, os quais são produtos de nosso ambiente e são influenciados pelas pessoas ao nosso redor. Essa técnica é importante porque permitiu um aprofundamento qualitativo do <i>tema gerador</i> .
Rotina Diária	Indicar os dias e horários de atividades exercidas pelos membros da coletividade.	Técnica complementar ao calendário sazonal, permitindo visualizar a distribuição do trabalho ao longo do dia. A base desta técnica pode ser a entrevista semi-estruturada ou mesmo a técnica do Grupo Focal
Construção	Estimular a coletividade a pensar na construção de seu futuro.	Consiste em promover a reflexão crítica de uma coletividade sobre as condições de infraestrutura que possuem na atualidade e aquela que desejam “construir” no futuro próximo com os recursos escassos de que dispõem no local. Técnica de diagnóstico e planejamento.
Matriz Realidade e Desejo	Identificar os problemas, suas causas e as possíveis soluções na percepção dos próprios participantes, sistematizar toda a problematização crítica dos dias anteriores.	Consiste na elaboração de uma matriz onde são cruzadas as informações sobre os problemas, suas causas e possíveis soluções apresentadas pelos participantes.
Eleição de prioridades	Definir estratégias e o planejamento participativo.	Identificar os problemas, suas causas e as possíveis soluções na percepção dos próprios participantes.

Fonte: Adaptado de Pereira (2016)

O DRPE foi realizado em Cambuquira, na Escola Municipal de Educação Infantil Georgina Bacha, nos dias 16 a 20 de janeiro de 2017 com os membros da ONG Nova Cambuquira, representantes da Prefeitura Municipal e outros membros da sociedade. Em cada dia de técnica houve em média quinze participantes. Como esta é uma técnica trabalhada e

desenvolvida pelo orientador deste estudo, este mesmo foi o responsável por ministrar um curso no intuito de qualificar e preparar a equipe interdisciplinar do DRPE.

Este curso foi ofertado na Universidade Federal de Lavras (UFLA) ao final do ano de 2016 e teve a participação de diversos membros internos à Universidade e daqueles que foram selecionados para ajudar na aplicação em Cambuquira.

A equipe foi composta por seis pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Lavras e seis pesquisadores vinculados a Fundação João Pinheiro de áreas diversas (administração, administração pública, turismo, farmácia e sociologia). A cada dia de desenvolvimento da técnica, um membro da equipe ficou responsável por conduzir a técnica do dia, sendo que a cada dia foi programado cerca de duas técnicas, sendo estas descritas no quadro abaixo:

Quadro 4- Distribuição das técnicas por dia de aplicação.

DIA	TÉCNICAS	COMENTÁRIOS
Primeiro dia	Apresentação e Mapeamento Histórico	Orientou-se que cada membro se apresentasse, falando o nome, naturalidade, vínculo com a ONG e demais informações que julgasse interessantes. Logo após, os participantes foram convidados a ilustrarem e descreverem a percepção destes em relação a história e realidade do local onde estão inseridos.
Segundo dia	Caminhada transversal e Rotina Diária	De acordo com o desenho realizado na técnica anterior, três lugares foram escolhidos para visita, sendo eles Parque das Águas, Fonte do Marimbeiro e Fonte do Laranjal. A equipe foi dividida em equipes e cada uma seguiu para um destino. Logo após, os participantes foram entrevistados e detalharam sua rotina ao entrevistador.
Terceiro dia	Diagrama de Venn	Inicialmente foi elencado os dez principais parceiros da ONG e logo após, estes foram representados em um quadro pelo próprios participantes de acordo com sua importância. Esta importância foi representada através de desenhos ovais que indicavam o tamanho e depois relacionado sua distância ao desenho da ONG.
Quarto dia	Calendário Sazonal e Entra e Sai	Na técnica do Calendário Sazonal os membros da ONG ilustraram em um gráfico todas as atividades da organização durante o ano de 2016. Já segunda técnica do dia, os participantes ilustraram a cadeia produtiva da água mineral do município.
Quinto dia	Matriz, Realidade e Objetivo, e Eleição de prioridades	Esta induziu os participantes a refletirem e atingirem o consenso para elencar quais são os principais problemas em relação a água mineral, sendo todo esse processo discutido entre todos os participantes presentes. Logo após, foi realizada a votação para eleger, em ordem crescente de prioridade, quais as demandas do grupo.

Fonte: Elaborado pela própria autora

Figura 2- Notícia da aplicação do DRPE no jornal local de Cambuquira



Os trabalhos sobre gestão social das águas minerais, feito pela equipe acima, será concluído em maio e entregue à comunidade. Fonte: Página Encontro – O jornal de Cambuquira, na rede social Facebook (2017).

A figura acima foi noticiada pelo jornal O Encontro em sua página na rede social Facebook e compartilhada por muitos participantes e moradores de Cambuquira e da ONG Nova Cambuquira. Nela está presente a equipe multidisciplinar de aplicação, que consiste entre membros da UFLA e da FJP e os participantes da técnica.

Posteriormente, através um conjunto de coleta de dados será feita a análise dos resultados através da triangulação dos dados. Segundo Yin (2014) a triangulação se relaciona com a articulação de estratégias e evidências de pesquisa. Sendo assim, a triangulação “[...] deve produzir conhecimento em diferentes níveis, o que significa que eles vão além daquele possibilitado por uma abordagem e, assim, contribuem para promover a qualidade da pesquisa” (FLICK, 2009, p. 62).

Para análise dos dados foram utilizadas seleções, simplificações e síntese dos dados originais adquiridos durante as atividades descritas acima, inter-relacionando cada uma destas com as informações adquiridas, podendo estes ser sistematizados pela seguinte figura:

Figura 3- Análise dos dados



Fonte: Elaborado pela própria autora.

O esquema acima, representa o processos utilizados para se atingir os resultados finais deste trabalho, os quais orientam para a construção dos sentidos e interesses no uso da água mineral para a população de Cambuquira. A percepção obtida através da Imersão na Administração Municipal foi sistematizada em relatórios diários e logo após, elaborado um relatório final sob a supervisão do professor da Fundação João Pinheiro e apresentado nesta instituição e ao grupo Neapgs nesta Universidade. Posteriormente foi realizado leituras destes relatórios e identificados questões relevantes que poderiam contribuir para a construção deste trabalho.

Assim como recortes foram feitos em arquivos sobre a Imersão Municipal, após a análise minuciosa de documentos encontrados, novos recortes foram realizados diante a análise da pesquisa documental. A sistematização feita através da observação não participante contribuiu para que estes recortes fossem feitos diante alguns fatores chaves questionados pela própria população.

Por fim, tem-se a participação e elaboração de relatórios de cada técnica desenvolvida no DRPE. Como durante toda a técnica a autora e o orientador deste trabalho estiveram

presentes, estes direcionavam seus focos para as questões que serviriam e auxiliaram na realização deste e na elaboração dos resultados, logo, estes elaboraram relatórios diários com informações relevantes.

Assim constitui a análise dos dados utilizados para a elaboração desta monografia e que servira de embasamento para a redação do tópico ‘Resultados’, que será apresentado posteriormente.

6. RESULTADOS

6.1 O município de Cambuquira e suas características

Situado na região sul do Estado de Minas Gerais, distando 320 quilômetros de Belo Horizonte, 340 do Rio de Janeiro e 300 de São Paulo, temos uma das mais importantes estâncias hidrominerais do Brasil, apresentando uma configuração institucional específica em torno do uso da água com a presença de organizações públicas estatais e não estatais, Ministério Público do Meio Ambiente, organizações não governamentais, cooperativas, associações comunitárias, organizações privadas, entre outras, temos o município de Cambuquira, pertencente ao Circuito Turístico das Águas.

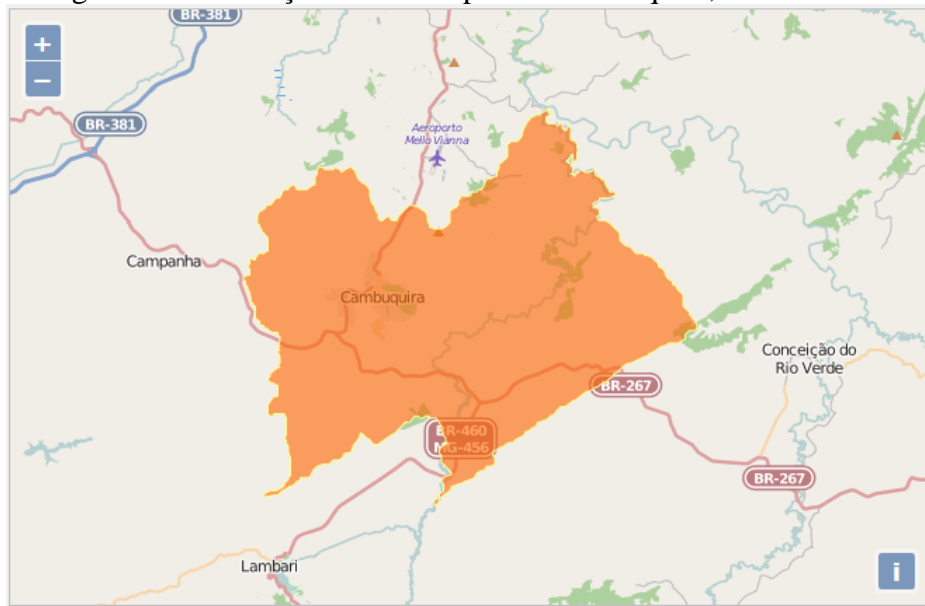
Historicamente, o município de Cambuquira nasceu em meados do século XIX, com uma pequena parcela de terras, sendo apenas uma fazenda conhecida como “Boa Vista” e pertencia a três irmãs solteiras: Francisca, Ana e Joana da Silva Gularte, e ao falecerem, a parte central da propriedade ficou nas mãos dos antigos escravos da família Silva Gularte e o restante da propriedade foi herdada por José Manoel Martins Ribeiro.

A principal origem do nome do município veio da história de que ali havia muita abóbora na cidade e que os escravos vendiam brotos de abóbora em Campanha, além do fato de que os brotos de abóbora eram tantos que todas as hortas da cidade tinham (TEIXEIRA CRUZ, 2017). Mas há também outra possível versão sobre a origem do nome do atual município de Cambuquira:

[...] Conta-nos Dr. Manoel Dias dos Santos Brandão, no Jornal “A Estância” página 3, 1987, ‘que se deveu o nome a uma pessoa que tinha o apelido de CAMBUQUIRA e era um senhor de escravos. Inclusive consta o nome CAMBUQUIRA nos arquivos da catedral em CAMPANHA. (VILHENA, 2010, p. 5)

Até no ano de 1872 Cambuquira era pertencente ao atual município de Campanha e era chamado de “Freguesia de Nossa Senhora da Saúde das Águas Virtuosas da Campanha” (SILVA, 1997, p. 95). Em 1861, como relata Vilhena (2007), a fazenda foi desapropriada e os ex-escravos foram morar no Marimbeiro, essa desapropriação foi comandada pela Câmara Municipal de Campanha em função das notícias do poder curativo da água e da barreira imposta pelos ex-escravos donos da propriedade com o intuito de preservar a propriedade e para que não desfrutassem das águas “micarulosas” (TEIXEIRA CRUZ, 2017), a Câmara Municipal de Campanha considerou que a água curativa daquela região era de utilidade pública e optou pela desapropriação das terras.

Figura 4- Localização do município de Cambuquira, Minas Gerais



Fonte: IBGE Cidades (2010).

De acordo com Teixeira Cruz (2017), o município em estudo se originou com a descoberta das fontes de água mineral e, ao se tornar distrito no ano de 1872, ganhou o nome de ‘Águas Virtuosas de Cambuquira’. Com isso, o município de Cambuquira teve seu desenvolvimento a partir das fontes de água mineral, principalmente com atividades do turismo e de tratamentos medicinais. Através do seguinte relato histórico é possível ter mais clareza:

À medida que novas terras iam sendo desbravadas, ao conhecimento dos povos civilizados iam chegando as notícias de águas miraculosas, que um capricho do acaso indicava como poderoso agente curativo de determinadas afecções, o empirismo fazia aproveitá-las pelos carecedores de saúde, que a outros iam levando a boa nova, atraída a atenção dos cientistas ao estudo da nova maravilha. (BRANDÃO, 1940, p. 07, *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Por volta de 1894, quando o arraial começou a ser povoado de fato, a Empresa União Industrial dos Estados do Brasil entrou em contato com o famoso químico Dr. Charles Berthaud e o contratou para analisar as águas minerais (VILHENA, 2007). Outros estudos também foram realizados, a citar, no ano de 1985, com a exibição da análise das águas de São Lourenço, feito pela Escola de Minas de Ouro, e em agosto do mesmo ano, fez as primeiras análises bacteriológicas nas águas de Cambuquira e Lambari (MINAS GERAIS, 1999).

Com isso, a partir do século XIX, Cambuquira passou a ser um ponto de visita por pessoas que seguiam em busca de tratamentos de saúde, a água mineral. Baseado nesse atrativo turístico e de medicina alternativa, em 17 de setembro de 1970, Cambuquira fica oficialmente conhecida como Estância Hidromineral (TEIXEIRA CRUZ, 2017).

O desenvolvimento local se deu a partir das fontes de água mineral e seu uso para fim crenoterápico, sendo este um tratamento de saúde a base da água mineral. De acordo com a Revista Exame (2015), Cambuquira é o berço da melhor água potável brasileira e a segunda melhor do mundo. No município, funciona o Parque das Águas, onde está localizada a maioria das fontes de águas da cidade, e em seu interior está localizado o Spa das Águas, sendo terceirizada pela prefeitura e gerida por uma empresa privada, oferecendo tratamentos estéticos, terapias a base d'água mineral e banhos especiais.

O setor econômico de Cambuquira é impulsionado pelo setor da cafeicultura, pecuária, turismo e exportação de água mineral. O turismo que alavanca este setor, se dá em decorrência das principais atrações locais, que são: o Parque das Águas, com seis fontes de água mineral (ferruginosa, alcalina, magnésiana, sulfurosa, gasosa e com lítio); as fontes do Marimbeiro e do Laranjal (nas redondezas da cidade); e o Pico do Piripau, sendo este localizado na zona rural e ponto de encontro para paraquedistas e asa delta.

O turismo foi bastante fomentado nos anos 90 e o chamariz principal para a visitação em Cambuquira eram as fontes de água mineral, outras atrações secundárias que valorizavam a oferta turística no município eram os jogos de Cassinos e os jogos esportivos, em especial o Vôlei e tênis. As figuras a seguir fazem referência a alguns momentos dos torneios de Voleibol que ocorriam no município, assim também, como a medalha do XX Jogos Abertos de Cambuquira. Os torneios aconteciam com a participação de times masculinos e femininos e ocorriam no Clube de Cambuquira, localizado próximo ao Parque das Águas.

Figura 5 - Time de Voleibol de Cambuquira no ano de 1947



Fonte: Dados da pesquisa documental

Figura 6- Equipe campeã do Torneio de Voleibol Masculino dos Jogos abertos de Cambuquira em 1958



Campeões dos Jogos de Cambuquira. Em pé: Brito, Márcio, Martins e Quaresma. Agachados: Murilo, Hekel, Aloizio e Mário.

Fonte: Blogspot DataFogo (2012)

Figura 7 - Medalha do XX Jogos Abertos em Cambuquira



Fonte: Dados da pesquisa documental

Mas em 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial, o então Presidente Eurico Gaspar Dutra decretou a proibição de cassinos no território brasileiro. Com isso, os prédios e hotéis que funcionavam como cassinos, aos poucos foram passando a desenvolver apenas a atividade de hospedagem. Além disso, com o decorrer dos anos, a indústria farmacêutica teve seu auge no Brasil, desbancando a crenoterapia. Os jogos que também eram sediados em Cambuquira aos poucos foram sendo extintos (TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Com esse contexto de desestruturação das atividades econômicas que movimentavam as estâncias hidrominerais o município de Cambuquira ficou estancado economicamente. No entanto, mesmo com a diminuição da demanda de turistas em Cambuquira, o município continuou sendo visitado por causa de suas fontes de água mineral, mas o período de baixa no turismo ainda perpetua até 2017.

Durante o DRPE foi ressaltado diversas vezes pelos participantes sobre a incredibilidade do turismo local como pode ser observado nas seguintes frases:

[...] Cambuquira tem pouca saída para crescer [...]" ; [...] O turismo em Cambuquira está em decadência[...]

Como é possível observar, há uma enorme descrença pela população em relação ao desenvolvimento econômico do município, sendo que esta insegurança está relacionada ao fato da cidade não possuir indústrias e se localizar próximo as duas outras influentes cidades. Estas cidades detém grande parte da mão de obra do município assim como estes que deslocam até elas para trabalhar também investem no comércio local onde trabalham. A mão de obra que fica centrada em Cambuquira diz respeito aos produtores de café, que são considerados os maiores empregadores em Cambuquira, segundo relatos da própria comunidade local.

Outa adversidade que faz parte da história do município de Cambuquira, diz respeito aos conflitos que permeiam a temática das águas minerais, pelo fato desta localidade possuir uma riqueza natural, que para muitos é de imensurável valor. De acordo com Guimarães (2009) os conflitos que afetam Cambuquira e algumas outras cidades com tal riqueza natural como Caxambu e Lambari, esses conflitos envolvem diretamente e indiretamente atores como organizações da sociedade civil, prefeituras, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Ministério Público, ativistas, moradores locais e outros. Em Cambuquira, o engajamento para proteger e preservar as fontes de água mineral se concentrou na participação ativa da entidade de representação da sociedade civil, conhecida como ONG Nova Cambuquira, a saber sobre esta:

A ONG Nova Cambuquira é uma organização não governamental criada em 2001, declarada de utilidade pública municipal e estadual e trabalha de modo a fazer melhorias para a cidade de Cambuquira – para isso a ONG desenvolve o seu trabalho em parceria com o Ministério Público, órgão no qual é consultado para sanar dúvidas referentes a processos de ações civis e públicas em andamento. Tem em seu principal objetivo o bem mais precioso de Cambuquira – suas águas minerais. Além de trabalhar visando o desenvolvimento social e econômico municipal (SOUZA, 2016). Atualmente a ONG Nova Cambuquira conta com cerca de 10 membros na diretoria e com um conselho consultivo no intuito de viabilizar conquistas para o município de Cambuquira. A ONG possui um histórico de conquistas, dentre os feitos o que mais se destaca é o selo de comunidade azul, no qual garante uma proteção maior para as águas (SOUZA, 2016). (SALES, 2017, p. 24).

Desde sua criação em 2001, a ONG Nova Cambuquira foi um dos atores coletivos que mais ficaram em evidência nas discussões no município e em cidades pertencentes ao Circuito das Águas. Em 2005, esta ONG ganhou o título de Utilidade Pública Municipal e Estadual, tornando viável que seu trabalho ganhe mais força e desenvolvimento (TEIXEIRA CRUZ, 2017). Com a coleta de informações em campo, tivemos margens para constatar que a ONG atua com a diretoria executiva completa e possui mais de 20 membros com diferentes atuações profissionais, constituindo uma equipe matizada e abrangente.

De acordo com a pesquisa de Teixeira Cruz (2017), foi possível reparar que desde a sua fundação a ONG Nova Cambuquira promoveu diversos assuntos discutidos e registrados nas Atas e redes sociais oficiais, publicados no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’. Deixando claro que o jornal é o propulsor e disseminador de comunicação entre a ONG e a sociedade de Cambuquira.

Outro meio de divulgação das ações da ONG, é através de seu perfil na rede social Blogger e Blogspot, onde o perfil consta a seguinte informação, em ambos os perfis:

Esse blog se destina a informação e divulgação do trabalho realizado pela ONG Nova Cambuquira. A ONG luta por sua água mineral e contra a super exploração e desmineralização. Luta pela crenoterapia e proteção ambiental. Luta contra a ganância! Luta, principalmente, por uma Nova Cambuquira. Uma Cambuquira melhor, com futuro e esperança. (Blogger – ONG Nova Cambuquira; Blogspot ONG Nova Cambuquira)

Uma importante conquista para todo o município de Cambuquira e que teve como principal ator para tal conquista, a ONG Nova Cambuquira, foi a consagração do município com a titularidade de “Comunidade Azul, no ano de 2014. Esta se tornou a primeira comunidade azul da América do Sul a receber tal titulação. Este certificado é concedido pelo grupo canadense *Blue Community Bayfield* e somente é concedido as cidades que demonstram respeito pela água como direito humano.

Uma ‘Comunidade Azul’ é uma comunidade que trata a água como se ela não pertencesse a ninguém, mas como responsabilidade de todos. Porque a água é essencial à atividade humana, ela deve ser administrada pelos princípios que permitem um uso razoável, uma distribuição igual e um tratamento responsável para preservá-la para a natureza e para as gerações futuras. A cidade de Cambuquira, no Brasil, conquistou a designação de ‘Comunidade Azul’ por 1) reconhecer a água como um direito humano; 2) promover serviços de água e esgoto que sejam de propriedade pública e financiados e operados publicamente; e 3) banir a venda de água engarrafada em instalações públicas e em eventos municipais. O Conselho de Canadenses e o Sindicato Canadense dos Funcionários Públicos parabenizam a cidade de Cambuquira por esta conquista importante. (CERTIFICADO BLUE COMMUNITY, 2014).

A notícia foi divulgada para toda a população e para as cidades vizinhas através do informativo circular Encontro – O jornal de Cambuquira, sem sua edição número 553, como segue a seguir:

Cambuquira será a primeira “Blue Community” da América do Sul, se unindo ao movimento mundial que postula o acesso à água como um bem humano universal, com qualidade e fácil acesso. A nomeação é uma criação do *Council of Canadians*, movimento social canadense criado na década de 80 por, entre outros, MAUDE BARLOW, ativista e escritora de fama global por sua luta em prol de causas sociais no seu país e, agora, internacionais. A “diplomação” acontece no próximo dia 7 de junho, sábado, durante o 1º Fórum Nossa Água, quando esta e outras questões serão apresentadas e debatidas. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 553, 2014, p. 1 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017)

Segundo Sales (2017) o selo de “Comunidade Azul” faz parte de medidas articuladas pela ONG Nova Cambuquira para legitimar o entendimento da água como bem comum e de livre acesso. Esta mesma autora também destacou que a motivação para a ocorrência dos vários conflitos envolvendo a água mineral no município tem por questão central sua exploração por grandes empresas *versus* outras formas de gestão dessas águas que envolve, por exemplo, o turismo ecológico, a crenoterapia, a preservação da água como patrimônio natural e cultural, dentre outras, cuja algumas dessas formas de gestão serão discutidas a diante. São esses os motivos que inquietam a ONG Nova Cambuquira, pois o empenho e dedicação desta é para justamente proteger a água mineral de ser explorada e ter suas fontes secas ou debilitadas.

6.2 O uso da água mineral no município

Desde 1861, quando a Fazenda Boa Vista, que pertenceu a três irmãs solteiras - Francisca, Ana e Joana da Silva Goulart - foi desapropriada, devido as “águas milagrosas” que existiam ali nas fontes naturais e que se tornaram notícia pela região, atraindo muitos visitantes que tinham o interesse em tal água e para isso visitavam as fontes que ficaram dentro da

propriedade. Mas como foi citado anteriormente, os herdeiros das terras criaram barreiras para impedir que tais visitantes continuassem a frequentar as fontes e possivelmente degrada-las. Logo após, o município de Campanha (MG) declarou-a como bem público e prosseguiu com o processo de desapropriação (TEIREIXA CRUZ, 2017; VILHENA 2007).

Dando continuidade as visitas nas fontes, estas ocorriam desde o século XIX e era visitada por pessoas que buscavam tratamentos por meio da água mineral. Somente no dia 17 de setembro de 1970 que Cambuquira foi reconhecida oficialmente como Estância Hidromineral, tendo seu reconhecimento assinado pelo governador da época, Israel Pinheiro da Silva (MINAS GERAIS, LEI Nº 5524, art. 1º, 16 set. 1970). Ao fim do século XIX e início do século XX, as famílias que dispunham de recursos financeiros realizavam viagens às estâncias hidrominerais para realizar turismo na região e/ou para tratamento de saúde. Cambuquira faz parte do rol de estâncias hidrominerais do Circuito das Águas, localizado no Sul de Minas Gerais e seus principais turistas e frequentadores vem dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, devido à proximidade entre elas (SALES, 2013).

A exploração comercial das águas de Cambuquira iniciaram-se em 1894 pela Empresa União Industrial dos Estados do Brasil, dando início as captações das fontes de água mineral, assim, dando origem ao Parque das Águas de Cambuquira (BRANDÃO, 1940 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017). Como citado, Empresa que realizava a exploração das águas para fins comerciais contratou o cientista e médico francês Charles Berthaud para realizar a análise físico-química das fontes e também foi o responsável em planejar a forma de realização da captação das quatro principais fontes: Fonte Regina Werneck (gasosa), Fonte Dr. Fernandes Pinheiro (ferruginosa), Fonte Dr. Augusto Ferreira (magnésiana) e Fonte Roxo Rodrigues (litinada) (BRANDÃO, 1958 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017). Com tal pesquisa realizada pela empresa exploradora, já é possível observar o olhar estratégico que sobressaiam sobre estas águas, sendo que estas rendiam frutos financeiros para a empresa e conseqüentemente fomentavam o comércio local.

Segundo o estudo de Vilhena (2007), as captações foram realizadas entre 1898 e 1899, e a partir daí foram construídas as estações de água potável com aproximadamente 25 a 30 metros de distância uma das outras. Por último, alguns anos depois, foi captada a Fonte Dr. Souza Lima (sulfurosa) dentro do Parque das Águas. Segue abaixo um pequeno cronograma com os principais marcos para Cambuquira:

Quadro 5- Breve cronograma do município de Cambuquira.

15/07/1872	O Arraial de Cambuquira foi erigido como Distrito da cidade de Campanha pela Lei nº 1884.
19/08/1874	Lavrada a primeira escritura em Cambuquira.
30/11/1880	A Lei Provincial nº 2694 elevou o Distrito de Cambuquira à Freguesia e fixou-lhe os limites.
23/03/1884	A Lei nº 3197 transferiu a Freguesia de Cambuquira para o Distrito de Três Corações do Rio Verde, com os mesmos limites que já possuía.
27/10/1899	Sai o Decreto 133, regulamentador da alienação dos terrenos em Cambuquira.
12/05/1909	Em virtude do Decreto Estadual nº 2528, cumprindo as Leis nº 373 e 396, emancipou-se o distrito e foi criado o município com a denominação de Vila de Cambuquira e erigido o Paço Municipal.
01/06/1912	Toma posse o Primeiro Conselho Deliberativo e é instalado solenemente o Município.
31/10/1914	Decreto Estadual nº 4277 legaliza o direito de propriedade.
07/09/1925	A sede municipal foi elevada à categoria de cidade.
16/09/1970	A Lei nº 5.524 transformou a cidade em Estância Hidromineral.

Fonte: Adaptado pela autora de Vilhena (2010, p. 7).

Com a passagem da cidade para uma Estância Hidromineral e com a criação do Parque das Águas, diversos conflitos começaram a surgir em torno do tema engarrafamento, sendo que a população encontrava-se dividida em relação ao significado e sentido desta água. Seria ela um bem de usufruto da população e turistas ou um bem a ser explorado para fins comerciais? Em cenário atual, o parque é gerido pela Prefeitura Municipal de Cambuquira e a Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais) é detentora da concessão das fontes de águas minerais da marca Cambuquira. A partir da existência dos conflitos, já se podia observar que parte da população estava envolvendo a questão das águas com valores culturais que rodeiam essas fontes, temendo que ao ser exploradas poderiam perder suas essências culturais, além de tornar uma mercadoria regida sobre o ponto de vista estratégico que vislumbrasse o lucro. A gestão social nesse contexto aparece no momento em que a população encontra-se dividida, pois neste acontecimento deixa claro que lucro não deve ser priorizado e sim o bem público, levando em consideração as tradições e símbolos culturais ali envolvidos.

De acordo com os dados oficiais e disponíveis na página oficial da Codemig, Minas Gerais ocupa o segundo lugar no ranking nacional do total de água mineral produzida no Brasil, o que equivale a 10% em relação ao território brasileiro (CODEMIG, 2017). Há 10 anos sem movimentações consideráveis, no início de fevereiro de 2017, esta mesma Companhia tornou público a “consulta pública sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais” (Nº da Licitação: 01/07 Consulta Pública) em que disponibilizava a minuta do futuro edital para

o “projeto de exploração de águas minerais”. A partir de tal convocação de consulta pública, os integrantes da ONG Nova Cambuquira e moradores da cidade que são contra a exploração das águas se mobilizaram e promoveram abaixo assinado, manifestações, reuniões com outras entidade de representação popular e outras práticas de resistência ao edital. Todo o movimento foi publicado nas páginas da rede social do Facebook no perfil da ONG Nova Cambuquira e de muitos de seus membros, e também pelo perfil do jornal local, O Encontro – O jornal de Cambuquira.

As fontes que pertencem a CODEMIG, são enquadradas na legislação como minério, por isso, a água mineral está sob a competência do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, sendo este o órgão responsável por regulamentar o direito de lavra, como pode ser visto pelo grifo abaixo destacado pela autora Teixeira Cruz (2017) que merece destaque:

[...] a pesquisa de lavra de água mineral e potável de mesa para consumo humano, bem como destinada a fins balneários, far-se-ão pelos Regimes de Autorização de Pesquisa e de Concessão de Lavra, conforme previstos no Código de Mineração, bem como no Código de Águas Minerais, respectivos regulamentos e legislações correlatas complementares. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA). Esse arranjo institucional, em Minas Gerais, envolve a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, responsável por gerir a água e fazer concessões, como empresa pública integrante da Administração indireta do estado de Minas Gerais (TEIXEIRA CRUZ, 2017, p. 05).

De acordo com as normas constituintes atuais que regem a questão da água mineral enquadrada na legislação que permite sua exploração até atingir a exaustão, algumas mudanças institucionais são sugeridas na literatura por atores como Gesicki e Sindico (2013), Portugal Júnior, Reydon e Portugal (2015) e Portugal Júnior (2016), especialmente, no entendimento dessa como minério. Em especial, no Brasil, a exploração de águas minerais é normatizada pelo Código de Águas Minerais, Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 que regula a utilização comercial das fontes de águas minerais ou de mesa (BRASIL, 1945). De acordo com a definição apresentada por esta Lei, especificamente em seu Art 1º, águas minerais é conceituada como “composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns” (BRASIL, 1945).

Essa mudança em seu legislação é vista como demanda por grande parte da população de Cambuquira, isso pode ser comprovado através de umas das técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) que foi aplicado em membros da ONG Nova Cambuquira e moradores do município. Esta foi uma demanda que conseguiu entrar na lista das principais atitudes que deveriam ser tomadas em prol de Cambuquira e das águas locais, como pode ser visto através da imagem 8. Não houve discursos discordantes em relação ao tema, o que mostra

descontentamento quase que geral dos participantes em relação a esta regulação jurídica. Esta ação que é demandada pela população enquadra no pensamento estratégico, além de ser necessário, segundo a própria população. Estes pensam que agindo estrategicamente e intervindo na legislação vigente, as águas minerais poderiam ser protegidas como um bem público, em prol de seu uso cultural e medicinal. Para que tal mudança na legislação ocorra é preciso existir diálogo entre os envolvidos na contrapartida e caminhar para um consenso comum, assim como pressupõe a Gestão Social.

Figura 8- Resultado da técnica do DRPE

PROBLEMA	CAMINHO	OBJETIVO
Gestão deficiente da Codemig em relação as fontes de água sob sua responsabilidade. 1	Elaborar projetos que visam o desenvolvimento sustentável (social, cultural, econômico e ecológico)	Atingir CODEMIG com novas formas de comunicação p/ que ele seja mais acessível à população. 1
Mudança cultural em relação ao uso da água mineral. 2	Projetos educativos para todos os setores (escolas, empresas, ruas, pontos turísticos)	Água tratada como Direito HUMANO e considerada como bem mais precioso de Cambuquira. 2
Legislação e Políticas Públicas em relação a gestão da água. 3	Atualização do Plano Diretor e articulação política	Água tratada como Direito HUMANO e considerada como bem mais precioso de Cambuquira. 3
Despreparo dos gestores do parque e da prefeitura	Cursos de profissionalização, capacitação técnica, elaboração do estatuto do Parque com participação e criação do conselho	Gestão eficiente e consciente 4
Alienação da população em relação a água mineral.	Idem 2	População consciente pro-ativa 5
Gestão Centralizadora da Prefeitura municipal	Fortalecimento dos conselhos e "despreafetização" dos membros	Gestão participativa 6
Individualismo Empresarial	Dialogar, identificar e fortalecer os grupos. DRPE 7	Arranjo produtivo local 7

Fonte: Arquivos pessoais

A figura acima é o resultado final da técnica do DRPE que elenca os problemas, o caminho a ser percorrido para solucionar estes problemas e alcançar o objetivo final. Esses três apontamentos foram feitos pelos próprios participantes e um membro da equipe aplicadora transcreveu para o quadro negro. O assunto tratado acima está localizado no terceiro apontamento escrito no quadro negro.

No ano de 2002, ocorreu uma reunião com diversos atores e organizações de representação da sociedade civil juntamente a órgãos legais envolvidos nesta questão, onde estes exigiam que fossem realizadas audiências públicas para definirem a redação final do novo edital para exploração das águas minerais de Cambuquira, Caxambu e Lambari. Um dos membros presentes, pertencente ao Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), havia feito uma denúncia à Codemig sobre o fato de que todas as empresas que exploravam industrialmente as fontes de água mineral do Sul de Minas naquela época não

possuíam estudos de impacto ambiental e conseqüentemente, não poderiam ter autorização legal para funcionar. Logo após tal denúncia foi apurada e tomada as devidas providencias.

Mas o que este membro participante da reunião, em específico, merece ser citado é pelo teor de seu argumento durante o encontro, onde relata que é preciso uma classificação legal da água de “bem mineral” para “recurso hídrico” sugerindo como pauta central para o Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, marcado para março de 2002, na cidade de Belo Horizonte. Este manteve como argumento a seguinte intencionalidade, segundo grifo de Teixeira Cruz (2017),

A nossa intenção é a elaboração de um esboço de projeto de lei para ser encaminhado à Câmara Federal e, assim, tentar evitar que ocorra em muitos municípios o que presenciamos hoje em São Lourenço, quando uma empresa, como a Nestlé, se sente no direito de esgotar fontes de água mineral, essencial para a sobrevivência do município, simplesmente dentro de uma ótica empresarial. Se permanecer como está hoje, classificada como bem mineral, a água poderá ser explorada até a exaustão da fonte, dentro da lei; caso seja definida como um recurso hídrico, haverá limitações exploratórias, justamente pelo entendimento de que a água é um bem social, necessário à sobrevivência do homem. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002 - grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Estas águas se distinguem das águas comum, titulação dada às águas que não se enquadram como mineral, devido a sua gaseificação natural, onde no texto “Da origem e valor das águas gasosas naturais”, de Manoel Brandão, explica que a água mineral gasosa vem de origens profundas e chegam a superfície através do gás carbônico. Este gás, é um gás fóssil, ou seja, sua origem de formação ocorre há milhões de anos. Diante tal especificidade, e por Cambuquira possuir fontes com água gasosa, Brandão argumenta sobre o dessa água mineral:

[...] tais águas, além de serem ainda preciosos auxiliares da terapêutica, são maravilhosas por sua pureza, e sabor, atraindo turistas que lhes exaltam as virtudes e a raridade de tal fenômeno da natureza. Lamentamos por isso a triste indiferença como são vistas e tratadas estas fontes, verdadeiras dádivas divinas, que deveriam ser abrigadas e homenageadas em artísticos edifícios, como outrora procurou-se fazer, e como ainda se respeita e se pratica em Caxambu. [...] No Parque da cidade, suas cinco fontes estão em mau estado de conservação, necessitando urgentes revisões. Além destas fontes citadas outras emergências existem que podem e devem ser captadas, com o objetivo de sua raridade. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1992, p. 4 - grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017)

O autor desta obra citada acima, Manoel Dias dos Santos Brandão é considerado umas das mais importantes figuras para o município em questão quando se trata do tema “água mineral de Cambuquira”, perdurando tal fama até mesmo após seu falecimento devido ao seu conhecimento técnico e suas falas sobre crenoterapia que enaltecem a água mineral local. Durante a aplicação do DRPE, em seus cinco dias de aplicabilidade, o nome deste

cambuquirense e de outros da família Brandão apareceu diversas vezes, seja através de fatos narrados por moradores que tiveram contato com este ou apenas pela sua fama de indicar o uso das águas para curar certas enfermidades. O nome deste foi supra mencionado, inclusive pela diretoria executiva da ONG Nova Cambuquira que o exaltam pelo grande homem que foi para Cambuquira.

Pela passagem de Brandão, é possível observar um tom de denúncia em relação as águas, sobre o descaso de cuidados e a falta de manutenção. O trabalho de Teixeira Cruz (2017) apresenta outro ator, não cambuquirense nato, que retrata em uma carta as mesmas lamentações que Brandão realiza e acrescenta seu ponto de vista ao visitar o Parque das Águas e presenciar situações lamentáveis. A carta intitulada como “A briga pelas águas do parque...” realiza a seguinte crítica em relação ao posicionamento da própria população para com os turistas:

[...] Lamentavelmente observei turistas, saindo de mãos vazias, levados pelo desânimo ao se depararem com filas em quase todas as fontes. Muito embora o povo da cidade, em sua maioria, dê a preferência ao turista para encher um copinho d'água, isso não basta. Muitos são os turistas que desejariam levar ao menos 1 litro da tão maravilhosa água, mas ficam sem graça diante das filas nas fontes. As fontes de todas as gasosas (1,2 e 3), a fonte do barracão e a Magnésiana estão invariavelmente com filas, repletas de garrafas, desorganizadas. Observo que na maioria das vezes são pessoas de cidades vizinhas, que, talvez, não sejam comprometidas com o turismo local, nem com a economia de Cambuquira. Pessoas vêm de Varginha, Três Corações e outras cidades, encher garrafas PET, a 0,25 centavos o litro e as revendem em suas cidades por 1,00 real. Trata-se de um “mercado paralelo” das Águas de Minas, que supre a falta de emprego que se vê... Alguns cambuquirenses também usam da mesma estratégia pra fazer seu caixinha extra e conseguem vender água pega de graça na madrugada, por 0,75 centavos. São verdadeiros “profissionais” da água Cambuquira. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 550, 2013- 2014, p. 6- grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Sobre essas águas que brotam em Cambuquira e são os motivos de diversos conflitos e convergências de pensamentos sobre o seu real significado para a população cambuquirense, a ONG Nova Cambuquira tem o seu sentido sobre esta formado e aliada a outros membros da população local, lutam e defendem sua preservação e seu uso para o bem coletivo. Com tal pretensão de proteção ao Parque das Águas e suas fontes, segundo Teixeira Cruz (2017), na edição de novembro de 2012, na primeira página do jornal municipal, “Encontro – O Jornal de Cambuquira” é noticiado: “ONG faz importante comunicado: ‘Nova Cambuquira’ dá notícia de sua adesão à proposta para criação de um Geoparque hidrológico junto à UNESCO”. E a notícia reportada conta com a seguinte passagem:

[...] a presidente da “ONG Nova Cambuquira”, Marília Noronha, deu a seus associados e cambuquirenses importantes notícias para o futuro das Águas Minerais do Sul de Minas: o possível tombamento junto ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (a exemplo do que está ocorrendo com o Parque de Caxambu), e criação de um Geoparque hidrológico, englobando todo o Circuito das Águas, junto à UNESCO, por iniciativa do Engenheiro Carlos Fernando de Moura Delphim [...] A boa notícia de final de ano da ONG Nova Cambuquira também dá conta de uma filmagem realizada por uma equipe de uma TV alemã em nossa cidade, filmagem esta promovida pelo ambientalista Franklin Frederick, abordando o “movimento contra o envasamento de água e água como commodities”. Marília Noronha também comunicou que a ONG cambuquirense conseguiu “alguns projetos interessantes que serão desenvolvidos pela nova gestão da ONG, a partir de janeiro de 2013”, reservando-se o direito de divulgá-los somente após o fechamento do contrato. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 535, 2012, p. 1, grifo de Teixeira Cruz, 2017)

Por meio da passagem acima é possível visualizar quais são os interesses da ONG Nova Cambuquira perante as fontes, sendo que o trabalho para a proteção e não exploração desta é feito assiduamente desde sua criação. Com tal notícia, o plano de Geoparque passou a integrar os planos de ação da ONG Nova Cambuquira e foi reiterado pelos membros da ONG e pelos membros externos à ela que estava presentes durante o desenvolvimento da técnica do DRPE sobre a importância do Geoparque.

Esta atitude de preservação do Parque das Águas de Cambuquira gera diversas controversas entre os próprios moradores locais e poder públicos que a normatizam, podendo haver conflitos de ideias e conseqüentemente futuros impasses judiciais sobre tal sentido da água. Seria um bem a ser explorado ou a ser preservado para utilização do bem comum? Manoel Brandão, de família tradicional de Cambuquira, através de uma carta enviada ao jornal local supra citado neste tópico, faz a seguinte indagação: “Por que a existência e qual o valor das águas minerais carbo-gasosas na nossa cidade?” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1992, p. 4 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Essa é uma reflexão que fomenta a elaboração deste trabalho, abordando que a água mineral de Cambuquira é constituída em dois extremos: considerada um bem público ou uma mercadoria. Observa-se a existência de uma oposição entre o sentido da água mineral, sendo abordada como um bem comum, onde toda a população possui o direito de utiliza-la versus mercadoria, sob a interpretação mercadológica e sendo esta a responsável pela utilização da água. E sob o olhar analítico sobre essas águas de Cambuquira, perdura esta dúvida em relação aos sentidos opostos de interpretação do uso desta.

Os próximos tópicos tem por objetivo apresentar de forma pontual a visão desta em relação ao seu uso, caminhando para a interpretação final do sentido cultural que esta água tem para o município em questão.

6.3 O uso terapêutico e medicinal da água

As primeiras descobertas de águas de fontes naturais no Brasil ocorreram a partir do final do século XVIII, estas possuíam características marcantes que as diferenciavam das águas tradicionais, como gosto e as vezes cheiro acentuado. Desde então, muitas cidades que possuíam essas águas ‘diferenciadas’ (termo bastante utilizado durante a técnica do DRPE em Cambuquira) passaram a ser visitadas devido seus recursos hidrominerais, que possuíam a capacidade de proporcionarem bem estar e tratamentos para diversas doenças. Estas possuíam tais poderes pois suas fontes nasciam sob o solo e montanhas, algumas possuindo temperaturas elevadas, trazendo em sua composição minerais e características radioativas que seriam consideradas propícias para prevenir e para amenizar os sintomas de alguns males. Os primeiros indícios de exploração comercial do uso desses recursos surgiram com a exploração desses pelos proprietários de terra que possuíam em sua propriedade fontes e recursos hidrotermais. Estas águas atraíam pessoas de diversos lugares do país e do exterior que buscavam por tratamentos de saúde ou apenas mais saúde (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Com então, as descobertas e titulação de algumas cidades no Sul de Minas Gerais como sendo estancias hidrominerais, estas ganham visibilidade e passam a ser conhecidas em todo o Brasil, sendo cada vez mais procuradas para recreação e/ou para tratamentos de saúde (SALES, 2013). Até mesmo Machado de Assis, passou por tratamentos com a água mineral de Minas Gerais e retratou este fato em um trecho de sua obra ‘Iaiá Garcia’ (1978), onde remetia uma carta a sua mãe contando que estava se tratando em Minas Gerais.

As visitas a esses municípios foram crescendo e aos poucos o Turismo de Saúde foi sendo inserido em Cambuquira. De acordo com a atual definição do Ministério do Turismo, o termo acima utilizado “constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006). Este Turismo de Saúde teve um grande marco no período compreendido entre 1918 e 1919, em decorrência do surto da gripe espanhola no país, onde segundo Sales (2013), na percepção popular, o poder curativo das águas minerais era tão convicto quanto a categoria dos tônicos depurativos: “Elas eram percebidas como uma panaceia, uma espécie de medicamento quase milagroso” (SALES, 2013, p.42).

O poder medicamentoso das águas minerais de Cambuquira e de outras estâncias hidrominerais repercutiu pelo mundo todo e grandes jornais e revistas da época vinculavam informações sobre essas. Algumas merecem destaques devido a seu caráter humorístico e informativo, como a seguinte afirmação feita na “Revista da Semana”, circulada no Rio de Janeiro no primeiro trimestre de 1915: “Toda a senhora chic bebe Cambuquira. Não se iludam. Não se iludam. Das águas minerais a única puramente natural e mais radioativa que dá saúde aos moços e tonifica os velhos é a CAMBUQUIRA” (SALES, 2013, p. 42).

Outro, também vinculado na “Revista Fon-Fon”, no Rio de Janeiro, nomeando as águas minerais como ‘águas virtuosas’, sendo eficaz para o tratamento de doenças:

Figura 9 - Propaganda da água mineral de Cambuquira e Lambari na Revista Fon-Fon



Fonte: Sales (2013)

Com a presença das crenças nas fontes de águas de Cambuquira e com o turismo agitado em decorrência desse fator, a própria população local passou a se engajar em promover essas águas com fim de elevar o nome da cidade e atrair mais turistas para se beneficiarem. Algumas notícias foram reportadas no jornal local, “Encontro – O Jornal de Cambuquira” falando sobre as fontes existentes no município, relatos de experiências sobre seu uso, e diversas outras. Através da seguinte passagem é possível observar, com base nos argumentos utilizados pela reação do jornal, o sentimento de satisfação em possuir uma água de excelente qualidade em seu território e de livre acesso.

Nos dias de hoje, quando a maioria das bebidas são misturadas com suavizantes, antioxidantes, é bom saber que a água mineral vem das mais profundas camadas da terra. A água mineral é muito mais leve e saudável, tem propriedades que atuam no organismo garantindo ao corpo componentes fundamentais para nossa saúde. Água mineral é saúde para você e sua família.” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 3 – grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Outras fontes informativas próprias do município também relatam sobre os usos medicinais, casos que foram tratados e curados a base de crenoterapia e os médicos que trabalharam com a crenoterapia. Ao final da obra “Cambuquira – A Estação Ideal do Sul de Minas”, Brandão (1940) citou aproximadamente cinquenta nomes de médicos que desfrutaram do tratamento de crenoterapia em pacientes entre 1 de janeiro a 31 de outubro de 1921 e testemunharam o valor terapêutico das fontes de água mineral em Cambuquira. Nesta obra, há também relatos de casos dos próprios moradores de Cambuquira e de outras cidades que também se trataram com a crenoterapia em Cambuquira.

Sobre a supracitada ‘crenoterapia é entendido como qualquer tratamento feito à base no uso de águas minerais, água mineral é o nome dado as águas que possuem características medicamentosas (BRASIL, 1945). As estâncias termais (ou hidrominerais) que possibilitam os tratamentos, tendo seus fins para estética e para doenças e podem ser feitos à base não só de crenoterapia, mas também através da hidroterapia e da talossoterapia e estes, em especial a crenoterapia pode ser encontradas no Brasil, em especial nas estâncias hidrominerais de Cambuquira (ARAUJO, 2008 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

As fontes locais oferecem diversos benefícios para seus usuários, e estas informações são compartilhadas via panfletos (Figura 10), sendo estes disponibilizados para todos os visitantes e alguns cartazes informativos disponíveis na entrada do Parque das Águas, onde fica localizado a maior concentração de fontes do município. Neles, contém as diversas indicações da água mineral no tratamento de saúde e prevenções, onde cada fonte apresenta um prognóstico de tratamento, como podem ser vistas a seguir:

Figura 10- Panfleto disponível para visitantes do Parque das Águas



Fonte: TEIXEIRA CRUZ (2017)

- A água mineral da fonte Regina Werneck (gasosa) é indicada principalmente para o tratamento do trato digestivo;
- A água mineral da fonte Dr. Fernandes Pinheiro (férica) para o tratamento de anemia;
- A água mineral da fonte Comendador Augusto Ferreira (magnesiana) como estimulante da função renal;
- A água mineral da fonte Roxo Rodrigues (litinada) para o tratamento de depressão;
- e
- A água mineral da fonte Dr. Sousa Lima (sulfurosa) está associada à cura da gastrite e colite

Diante todo o contexto apresentado, é plausível dizer que a água é considerada um componente simbólico para o município, sendo a grande vantagem desta seu uso medicinal para auxiliar no tratamento, na prevenção e cura de enfermidades. As fontes pertencentes ao município recebem visitas tanto de moradores locais quando de visitantes, que as procuram justamente por causa de seus benefícios.

Durante as visitas realizadas ao Parque e outras fontes, tivemos a oportunidade de ouvir relatos, casos e causos tanto das experiências dos próprios moradores como de visitantes que vieram se tratar e deixaram algum legado aos moradores.

Segundo uma das fundadoras da ONG Nova Cambuquira e grande ícone do município, Marília Noronha, recitou que o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), Carlos Alberto Lancia, considera que “as pessoas não consomem água mineral por causa de suas propriedades terapêuticas, mas porque tem poucas calorias, permite hidratação diária, elimina toxinas e purifica o corpo” (TEIXEIRA CRUZ 2017), contrariando totalmente o discurso de diversos médicos que já trabalharam com as águas, moradores que já a utilizaram e até mesmo aqueles que não precisaram mas que creem em tal crença e poder.

Em consonância com a técnica desenvolvida no município a fim de colher informações gerais tanto sobre o município quanto sobre as fontes, é plausível a sustentação do argumento de que as fontes e suas águas minerais se tornaram forte componente simbólico cultural de Cambuquira e sendo classificada como o principal atrativo que movimenta o turismo local e gera benefícios econômicos para o município. A água pelo moradores cambuquirenses recebem várias denominações que puderam ser adquiridas pelos pesquisadores para a construção deste através dos processos metodológicos descritos no capítulo anterior. Merecem destaque pelos pronunciamentos:

- “Águas que curam”
- “Águas preciosas”
- “Água santa”
- “Água de Cambuquira”
- “Águas que saltam aos olhos”
- “Farmácia a céu aberto”

Para compreender melhor o significado e o poder dessas águas sobre a vida dos cambuquirenses e visitantes, segue abaixo um grifo de Manoel Brandão, um importante ator histórico para Cambuquira, retratando o que muitos cambuquirenses sentem em relação a este bem.

“Ela é tão santa, tão gentil, tão boa, Que em cada gota de água que ela escoa Dá-nos a força que nos traz a vida” (BRANDÃO, 1940, p.238, grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017)

Até a conclusão desta pesquisa, a ONG Nova Cambuquira junto a direção do Parque das Águas e do Spa das Águas (funcionamento interno ao Parque) estão trabalhando na articulação de novos grupos que estejam interessados em formar uma rede de pesquisadores na área, visto que não foi encontrado volumosos conteúdos sobre os benefícios e malefícios do uso da crenoterapia, e conseqüentemente, para trabalharem na popularização dos benefícios visando reascender o Turismo de Saúde em Cambuquira.

6.4 O uso comercial

Seguindo a linha de raciocínio e de pesquisa, procurando identificar o sentido da água mineral para os atores em sua volta após visto o ponto de vista medicinal e de através dele já absorver seu significado com base nos argumentos da grande maioria que participou do DRPE, entra-se agora na visão que mais amedronta a ONG Nova Cambuquira e cidadãos locais, a visão mercadológica. Seu valor agregado ocorre em decorrência do sabor, pureza e benefícios para a saúde, que a elegeram como a segunda melhor água do mundo, de acordo com a matéria publicada na Revista VIP Exame, em 1997. A matéria intitulada de: “Matando a sede”, a água mineral gasosa do município de Cambuquira foi apontada como a segunda melhor água mineral do mundo – disponível no Brasil”.

Essa editora de revista reuniu para um concurso 15 marcas de água mineral gasosa mais conhecida de diferentes países que eram comercializadas no Brasil, tendo como júri uma equipe multidisciplinar, e realizaram a degustação às cegas. Cada júri era responsável por pontuar entre 0 a 10 itens, como: frescor, cristalinidade, neutralidade ao olfato, qualidade, persistência do gás, homogeneidade do gás e harmonia do gosto de cada água. A pontuação máxima ficou para a água mineral Ty Nant do País de Gales na Grã-Bretanha, em seguida, a água mineral da Fonte Roxo Rodrigues, de Cambuquira, sendo classificada como como “brilhante, bolhas finas e elegantes, aroma levemente mentolado, bastante fresca” (Revista VIP Exame, 1997, p. 37 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Figura 11 - Garrafa de água mineral de Cambuquira



Fonte: TEIXEIRA CRUZ (p. 107, 2017).

A fonte vice campeã do concurso, a Fonte Roxo Rodrigues é a única que é envasada e comercializada nas prateleiras dos melhores supermercados no Brasil e no exterior. Sua última embalagem comercial é feita em material de vidro, com as tampas de metal douradas, proporcionando uma aparência mais sofisticada e visualmente mais elaborada.

Figura 12- Atual garrafa de água mineral de Cambuquira



Fonte: Página oficial da Água Gasosa de Cambuquira na rede Social Facebook (2015)

Desde o início da sua comercialização não foram encontrados indícios de que outras fontes já haviam sido exploradas comercialmente, sendo somente esta a responsável por alavancar o nome de Cambuquira nas mídias e a torná-la conhecida mundialmente. Compreendida com “água suave naturalmente gasosa de cambuquira”, segundo relatos de Teixeira Cruz (2017), teve o início de suas vendas por volta de 1981 e era comercializada pela empresa Supergasbrás até o ano de 2001. Logo após esse período, sua produção ficou estagnada por causa de diversos conflitos que ocorreram e que foram parar até na mais alta cúpula do governo de Minas Gerais. Sua volta foi noticiada pelo jornal ‘O Tempo’, com a seguinte notícia:

Título: Água de Cambuquira está de volta e concorrerá com Perrier. Após dez anos fora do mercado, a água mineral de Cambuquira, Sul de Minas Gerais, voltará a ser oficialmente comercializada no mês que vem. O produto, que foi vendido pela Supergasbrás entre 1981 e 2001, retorna na categoria com o status de água mais pura do mundo, para concorrer com a famosa francesa Perrier, que custa R\$ 5,60 (a garrafa de 330 ml) nos supermercados gourmets de Belo Horizonte. Segundo um ranking usado como referência no mercado,

Cambuquira só perdia em qualidade para a água Ty Nant, produzida no país de Gales, na Grã-Bretanha, mas ela deixou de ser envasada. Quem vende agora é a empresa Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa que, além da marca Cambuquira, venceu a licitação para explorar as águas minerais de Caxambu (já no mercado), Lambari e Araxá. O envasamento da água mineral de Cambuquira começou há cerca de um mês. (O TEMPO, 2008, p. 3, grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Essa notícia foi publicada em 2008, mas teve sua divulgação em meio digital em julho de 2011. Esta ainda trazia consigo a expectativa da volta da comercialização oficial em agosto de 2011.

Até o ano de 2001, não houveram relatos de nenhuma entidade de representação popular formal que se preocupasse de fato com as águas, desde sua preservação até o risco de sua exaustão, e diante tal necessidade de fiscalizar e proteger tais fontes é que surgiu a ONG Nova Cambuquira no ano de 2001. Esta surgiu justamente durante o lançamento do edital para exploração das águas minerais do município, onde aqueles que já se encontravam engajados em prol da preservação e não exploração da água mineral, resolveram se unir e se estruturar em uma Organização Não Governamental já com a pretensão de barrar alguns pontos do edital que significavam uma exploração das águas de forma predatória.

Diante tal pretensão de exploração das fontes, a população se mobilizou e movimentou-se para impedir o tal edital que havia sido publicado. Em outubro de 2001, o jornal local ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ publicou uma matéria: “Circuito das Águas é destaque do Jornal Estado de Minas”. A reportagem informativa subdividiu-se em duas matérias, sendo vinculadas ao jornal nos dias 28 e 29 de outubro de 2001 e estas traziam em seu escopo a mobilização da opinião pública em relação aos danos causados pelo ‘engarrafamento predatório’ (TEIXEIRA CRUZ, 2017) que era cometido pela empresa Perrier/Nestlé nas fontes de São Lourenço. Estas notícias foram reproduzidas com o cunho de alerta sobre a futura licitação para a comercialização das águas de Cambuquira, Lambari, Caxambu e Araxá pela então CODEMIG.

E não se passou tanto tempo após essa notícia e em novembro do mesmo ano a CODEMIG anuncia o processo de licitação para explorar as fontes de água mineral das cidades de Cambuquira, Caxambu, Lambari e Araxá. O processo licitatório não foi aceito pela população e se tornou um problema judicial entre organizações não governamentais, Poder Legislativo e as próprias comunidades das localidades envolvidas no processo. O conflito se deu devido à suspeita de irregularidades e na forma obscura de alguns pontos no presente edital, além de temerem pela exploração abusiva das fontes. A população se preocupou em evitar

problemas ambientais causados pelo aumento excessivo da extração de água mineral, como aconteceu na cidade de São Lourenço, também detentora de fontes de águas minerais. Este último município mencionado passou por apurações conduzidas pelo Ministério Público sobre uma possível superexploração de água, a qual motivou a seca de uma das fontes.

Em detalhes, o presente edital previa o arrendamento das áreas, direitos minerários, infraestruturas e instalações de envase as fontes de Cambuquira, a Fonte do Marimbeiro nesta mesma cidade, Lambari e o Cassino Lambari, Araxá e Lambari. No edital estava previsto que houvesse o dobro de produção de água, ou seja, como a produção girava em torno de 55 milhões de litros por ano, sua nova meta seria para pouco mais de 100 milhões de litros por ano. Com tal aumento, o envase provocaria a exaustão dos aquíferos, abalar o meio ambiente, o turismo e toda a comunidade local ali existente, essas foram as principais preocupações que fizeram com que o edital não fosse aceito pela população.

De acordo o discurso da líder de um grupo de Caxambu que entrou com representação junto ao Ministério Público local com o argumento de que não foram realizados estudos ambientais que deveriam ser aprovados pelo Conselho de Política Ambiental - Copam, ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a líder do Grupo Cidade Cidadã, Nádia Maria Correia Gonçalves, argumenta:

A sociedade deve participar da discussão de uma licitação que poderá comprometer definitivamente as fontes, o principal atrativo turístico do Circuito das Águas. Sem elas, nossas cidades acabarão, pois dependemos do turismo atraído pelas águas minerais. Nós conseguimos que a Comig realizasse audiências públicas nos três municípios do sul do estado, pois eles não podem fazer nada à revelia da população. Queremos que o envasamento seja feito dentro do limite da quantidade espontânea de água que sai da natureza para não comprometer as fontes (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002, grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

O Ministério Público se demonstrou favorável a tal denúncia feita pela líder do grupo e expediu uma liminar do então processo licitatório. Em resposta, o responsável pela instauração do processo civil, Bergson Cardoso Guimarães do Ministério Público reitera:

Depois da leitura do edital, de vários estudos e entrevistas com pessoas envolvidas no processo, cheguei à conclusão de que o edital inicial da Comig dava espaço à superexploração das fontes, pois incentivava uma mudança na filosofia de exploração das águas, ao estipular a redução dos valores de royalties, à medida que se aumentasse a exploração. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002, grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

O edital cercou-se de conflitos, não aprovações e embargo do Ministério Público, e diante tal polêmica, o governador da época do estado de Minas Gerais, Itamar Franco, decretou o cancelamento do questionável edital. Esta ação foi comemorada por todos os envolvidos e

principalmente pela ONG Nova Cambuquira como sendo a primeira vitória deles em prol da preservação das fontes de água mineral de Cambuquira.

Aproveitando que os órgãos legais já estavam com os olhares voltados para as cidades envolvidas no polêmico edital, os representantes das ONGs do Sul de Minas, durante uma reunião com estes órgãos exigiram a realização de audiências públicas em Cambuquira, Caxambu e Lambari para que a partir dos debates e propostas provenientes dessas audiências, fossem realizado a definição da redação final do novo edital.

Durante todas essas polemicas ações vale ressaltar que para a ONG Nova Cambuquira, órgão fomentador dos resultados deste construto, o engarrafamento da água mineral deve ser uma atividade secundária pois não gera grandes números de emprego nem de renda, e seu envase pode provocar a perda do valor terapêutico da água.

Atualmente quem possui o direito de envase das águas de Cambuquira, em especial a da Fonte Roxo Rodrigues é a Codeáguas, sendo que esta foi criada pela própria Codemig, logo após a saída da antiga empresa que era responsável pelo envase, a Superágua. O contrato entre Codemig e Superágua acabou no ano de 2005, logo após entrando a Codeáguas que se incorporou Águas Minerais de Minas – AMM, antiga subsidiária da Copasa. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015).

Após essa curta retrospectiva de alguns momentos dos editais acerca das águas minerais e narração da motivação para formar a ONG Nova Cambuquira, outra grande reflexão que deve ser levada em consideração é em relação a interpretação da população envolvida em torno das fontes locais. Esta interpretação, assim como em todo este trabalho, será analisada do ponto de vista da própria população de Cambuquira, onde através da participação de atores chaves foi possível chegar a estes resultados que estão sendo abordados neste tópico.

O grande medico local, que trabalhou com a crenoterapia em Cambuquira, Manoel Dias dos Santos Brandão, redigiu uma carta que trazia como título: “Da origem e valor das águas gasosas naturais” e continha um questionamento que até hoje assombra muitos moradores e os fazem a refletir sobre tal indagação: “Por que a existência e qual o valor das águas minerais carbo-gasosas na nossa cidade?”. Esta carta teve sua publicidade no jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ em agosto de 1992 (TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Este valor a que Brandão faz menção é interpretado por alguns moradores como sendo um item a ser valorado, ou seja, a água como commodity, devendo ser explorado e comercializado, e com isso, gerar riquezas para as empresas detentoras do direito de lavra e para o município a qual o bem pertence. O jornal local ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’

em 1986 publicou um texto do Pastor Presbiteriano Edwald Vallim, este era intitulado “Royalties da água mineral, eis a questão”, onde este comenta que os estados produtores de petróleo e que são explorados pela Petrobrás devem receber royalties referente a exploração do bem, e que o mesmo deveria ser feito com as águas minerais, mas deixa clara que estes devem ser explorados para fins comerciais, mas demonstra ter preocupação com o destino do município, que sofre de esvaziamento socioeconômico, “[...] desde há muitas décadas o povo dessa região perdeu a sua principal fonte de renda e nada se colocou no lugar, daí o esvaziamento sócio-econômico destas áreas”. Para Vallim, as fontes de água mineral “(...) mesmo não exauridas, se constituem em riquezas sem fim para os que a exploram, mas não riqueza para o povo sofrido das Estâncias Hidrominerais” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 1 - grifo de Teixeira Cruz, 2017).

Durante a técnica do DRPE desenvolvida com os membros da ONG Nova Cambuquira e com outros membros sem associação a ONG, houveram discursos que demonstraram claramente que as águas deveriam ser exploradas como fonte de renda para o município, outro dizendo que se esta fosse explorada, poderia levar o nome de Cambuquira mais adiante e atrair novos turista. O tema em si, comercialização da água mineral gerou muitos espantos e repúdios quando foi abordada durante as técnicas, e quando esse era tocado, começava-se uma longa discussão onde a grande maioria discordava de quase tudo que era falado quando se dizia sobre este tema.

Duas falas merecem destaque no DRPE nesse quesito devido a não aprovação da maioria dos Cambuquirenses presentes nas técnicas e que foram amplamente debatidas e revogadas:

- “[...] Além do acesso a todos, usar (a água) como a alavancagem do desenvolvimento econômico[...].”

Esta fala durante a técnica foi dita por um representante externo a ONG Nova Cambuquira e gerou grande burburinho durante a técnica, pois é totalmente contrária aos ideias da ONG e de outros moradores locais. Segundo o argumento do falante, esta pode ser pensada como uma meta estratégica para reerguer o município de Cambuquira economicamente e no âmbito do turismo, além de levar em consideração que os recursos que o município poderia adquiri-los poderia ser repassado para os moradores através de benfeitorias na infraestrutura local, saúde e educação.

- “[...] Não é monstro pensar na commodity, esse pensamento pode nos tirar da estagnação econômica [...]”, “[...] não podemos privar de pensar outras utilidades [...]”

Esta é uma visão clara de que a única crença possível para tirar o município de sua estagnação é realizar a exploração das águas, independentemente de como isso será realizado. A legislação que rege as águas minerais prevêem que estas podem ser exploradas até sua exaustão, o que pode gerar um grande tumulto em volta do tema das águas, assim como ocorre em São Lourenço com a presença da multinacional Nestlé. O argumento deste falante foi rebatido pelo membros da ONG ao pronunciar que um dos princípios da “Blue Community” é de que as águas das cidades que possui este título não podem ser consideradas um commodity.

Através dos grifos acima é perceptível que a grande maioria de Cambuquira não é a favor desta atitude comercial, mesmo se ela for pensada estrategicamente para benefício em prol do município pois o medo destas fontes atingirem a exaustão é maior do que a possibilidade de reerguer a cidade. Novos grifos de falantes participantes do DRPE foram destacados e que validam a ideia de que as águas não devem ser exploradas visando requerer benéficos locais. Segue-as:

- “[...] Problema chave é água como commodity [...]”

Este é o problema que a ONG enfrenta, combater o pensamentos de que a água poder ser uma commodity para o município, sendo que a própria legislação não assegura os cuidados que deveriam ser tomados ao tratar tal item como mercadoria. O DNPM não possui respaldos legais que visem a não intensiva exploração da água mineral, apenas permite sua lavra até a exaustão. Inclusive, como já citado anteriormente, esta é uma grande batalha da ONG a ser enfrentada, tentar retirar a água mineral do Código de Mineração.

- “[...] A Codemig não se importa com a água porque não é uma fonte rentável [...]”,
“[...] O minério é muito mais rentável que a água e por isso a Codemig não investe em Cambuquira.”

Como atualmente a produção de água engarrafada do município está muito baixa e não gera lucro para a empresa que realiza o envase nem para a Codemig, esta não investe em benfeitorias para o Parque, sendo que independentemente da quantidade de água engarrafada produzida, a Codemig deveria está fazendo manutenções regulares no Parque e nas fontes, mantendo a conservação e evitando que esta de degrade pelo próprio ambiente e tempo. Houve muitas queixas nesse quesito, a falta de investimento da Codemig no Parque devido a sua não geração de lucro. A população nomeia esta atitude de “descaso” e foi muito abordado sobre tal no DRPE.

- “[...] Não tenho interesse econômico [...]”

Frase citada durante a técnica do DRPE explicitamente por três falantes, estes enfatizaram que não possuem nenhum tipo de interesse econômico nas águas minerais e sim apenas de seu fim crenoterápico. Estes são frequentadores assíduos do Parque e de outras fontes do município e enxergam o ambiente que elas estão como sendo um ambiente propício para estudos, leituras, relaxamento, passeios, caminhadas e outras atividades que exijam um ambiente tranquilo, arborizado e relaxante (como a própria população descreve o ambiente das fontes de águas minerais).

É importante ressaltar que os cambuquirenses reconhecem que foi graças ao envase feito até os dias atuais que fizeram com que o nome de Cambuquira tivesse destaque internacional e suas águas reconhecidas como a segunda melhor água do mundo. Mas o que estes realmente querem é que essas fontes não sejam exploradas de forma demasiada, e sim com cuidados, preservando sua vasão original, suas nascentes e interiores e que cuidem para que estas não cheguem à exaustão. A própria população esclarece alguns pontos que deveriam ser incorporados nos editais, como segue o grifo de Teixeira Cruz (2017), abaixo:

Quando nossas águas começam a ser exploradas pela Empresa União Industrial dos Estados do Brasil, já se denunciava o desinteresse desta com a cidade. Sucedendo a Empresa União, foi a Empresa Lambari Cambuquira-Caxambu levando nossas águas nestes áureos tempos a participar de exposições como em Bruxelas, 1910 e Roma 1914. Por isso, esta próxima concessionária, deve assumir um compromisso maior com a cidade e com as águas, divulgando as propriedades medicinais e também trazendo estampadas em seus rótulos mensagens e propagandas da cidade. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2000, p. 5 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Outra queixa da população além de todas essas citadas ao longo deste estudo, é em relação ao royalties gerados pela exploração da água mineral, onde todo o valor recebido fica a poder da responsável pelos parques do Circuito das Águas, a Codemig. Essa é uma das justificativas das revoltas que os moradores de Cambuquira tem contra a Codemig, sendo que esta recebe pelas águas mas não repassa o dinheiro para benfeitorias e manutenções das fontes. Este foi um marcante ponto tratado durante o DRPE que ocorreu com os membros da ONG Nova Cambuquira e moradores locais, onde estes sustentam o principal argumento de que o valor arrecado deveria ser utilizado para manutenção das fontes de água mineral.

O cenário atual demonstra que tais solicitações ainda não foram atendidas e a Fonte Roxo Rodrigues encontra-se sem atividade de envase, pois a empresa responsável pela atividade, a ‘Águas Minerais de Minas’, subsidiária da Copasa para exploração das águas minerais do Circuito das Águas teve o fim de sua exploração em 2015. A criação desta pela

Copasa já gerou alguns murmurinhos na cidade de Cambuquira, como é possível observar pela fala da co-fundadora e ex-presidente da ONG Nova Cambuquira, Marília Noronha.

De quem era a urgência de engarrafar a água, se a cidade necessita do turista *in loco* e não de exportar. Quem vai explorar as águas minerais? A Copasa ou, pós PPP (parceria público-privada), alguma multinacional predadora? (BANCO DE NOTÍCIAS DA ALMG, 2007, p. 2, grifo de TEIXEIRA CRUZ, 2017).

A notícia de que esta empresa não seria mais a responsável pelo envase das águas repercutiu em toda estância hidromineral do Circuito das Águas, e em Cambuquira, a notícia foi publicada pelo jornal local, ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ em sua edição 564, no ano de 2015. De acordo com os grifos do estudo de Teixeira Cruz (2017), a reportagem notícia:

Governo anuncia o fim da ‘Águas Minerais de Minas.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, em atendimento à Instrução CVM n.º 358/02, na qualidade de controladora e interveniente no Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários, Equipamentos, Instalações de Envasamento das Águas Minerais de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá, situadas nos respectivos municípios de Minas Gerais, firmado entre sua subsidiária integral COPASA Águas Minerais de Minas – AGMM e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, vem a público informar a seus acionistas e ao mercado em geral que, por mútuo acordo, está formalizando o distrato do compromisso com aquela arrendadora, a partir de 01 de junho de 2015, com o processamento das indenizações na forma e modo previstas no contrato. Comunica também que, a partir daquela data, a AGMM será contratada pela CODEMIG, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, para operação, manutenção e vendas das águas minerais, mediante a formalização dos procedimentos para tanto necessário e demais condições a serem ajustadas também de comum acordo. Belo Horizonte, 14 de maio de 2015. Edson Machado Monteiro - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2015, p. 1 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

A justificativa pelo fim do envase foi publicada, em maio de 2015 pelo Jornal Estado de Minas, contendo a seguinte nota:

Copasa sem água mineral: Empresa de saneamento desfaz contrato de exploração das marcas Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari. Justificativa é que o negócio dava prejuízo de até R\$ 8 milhões por ano” (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015 *apud* TEIXEIRA CRUZ, 2017).

Segundo a Copasa, tornou-se inviável economicamente a gestão das quatro estâncias hidrominerais pois o investimento anual era alto e o retorno não era favorável ao investimento. Esta acredita que a única viabilidade possível para o engarrafamento dessas fontes seria realizar licitações para exploração, como ocorreu em São Lourenço. Imediatamente a ONG Nova Cambuquira voltou-se toda a sua atenção para a Codemig, na expectativa desta não realizar tal licitação para explorar as águas, sendo que contraria toda a luta em prol das águas que a ONG

vem realizando. O medo destas fontes serem geridas por uma multinacional, como em São Lourenço amedronta aqueles que não são favoráveis a exploração. Já a pequena parcela que idealizam a exploração destas águas espera-se que uma grande empresa vá para Cambuquira e alavanque o mercado destas águas.

6.5 Interpretação do uso da água mineral pela sociedade civil organizada a luz da Gestão Social e da Gestão Estratégica

Diante da perspectiva de como a água mineral pode ser tratada, seja através de sua consideração como bem comum voltado para seu fim crenoterápico e como fomentador de turismo local ou seja pelo seu fim comercial, ambas as denominações podem ser aliadas pelas duas correntes teóricas estudadas neste trabalho, a Gestão Social e a Gestão Estratégica.

Sob a ótica da Gestão Social, de acordo com as definições abordadas neste mesmo estudo, esta pode ser definida segundo Araújo (2014), como sendo as práticas referentes ao modo de gerir interorganizações e relações sociais, tendo como orientação a ideologia social e a do interesse público, além de serem práticas que deslumbrem a participação dialógica e o Interesse Bem Compreendido, e ao tratarem a questão das águas pela perspectiva desta como um bem público, cujo esta definição foi redigida nos tópicos anteriores, ela se torna gerida pelo ponto de vista da Gestão Social, onde o lucro é minimizado e busca-se maior envolvimento desta com o público, seja local ou visitantes. Esta enseja que as fontes de água de Cambuquira seja regida pelos princípios da dialogicidade entre os envolvidos, buscando atingir um consenso para solucionar os conflitos em torno desta.

Sobre a ONG Nova Cambuquira e sua relação com os assuntos relacionados à água mineral, é notório que esta instituição torna público todas as suas ações direcionadas para as águas minerais e demais notícias que envolvem estas. A ONG trabalha fortemente em questões de publicização das informações pois são estas que induzem as pessoas a criarem opiniões sobre o assunto e principalmente induzem para a conscientização de que esta deve ser considerada e regida como sendo um bem público.

Analisando pelo eixo teórico da Gestão Estratégica, como de acordo com a definição explicitada em tópicos anteriores, esta utiliza a racionalidade monológica, caracteriza-se por ser individualista ou para um pequeno grupo de interessados e visualiza o lucro em seus resultados. As diferenças entre essas duas gestão podem ser melhores visualizadas no Quadro 3 onde é abordado a diferença entre Gestão Social e Gestão Estratégica.

Nessa linha de pesquisa, os traços que induzem a levar o conflito existente em torno das águas para o pensamento estratégico é referente ao tratamento desta como uma mercadoria a ser comercializada, pensando nos retornos econômicos que esta produção traria para a cidade e poderia ser revertida para a população como benefícios em infraestrutura, melhorias na saúde e educação. Essa pretensão de comercializar as águas e ser planejada de forma estratégica começou desde a primeira empresa a engarrafar as águas de Cambuquira, no ano de 1981, quando foram realizados estudos sobre as fontes e estas comercializadas.

Mesmo com a possibilidade de tais melhorias que a comercialização das águas levaria para o município, os pontos contra positivos dessa ação é enfatizada pela grande maioria da população e que deixa claramente transparecer que mesmo diante da oportunidade de Cambuquira se tornar uma grande empresa exportadora de águas minerais, estes querem que a cidade cresça e se desenvolva através do turismo local, da utilização da água para fins medicinais e empresas de outros ramos, mas que não explorem as águas locais e nem as prejudiquem, pois segundo os próprios moradores, as águas minerais de Cambuquira representam um grande símbolo cultural para a cidade.

Ao mesmo ponto que visualizar essa comercialização das águas como vantagem estratégica, é perceptível e também pode ser aliado a gestão estratégica o benefício em reação a imagem do município, sendo estas estampadas nas prateleiras dos supermercados do mundo inteiro, o que poderia fomentar o turismo na cidade. Mas para que houvesse turismo local, era preciso conciliar o engarrafamento das águas com a preservação dos fontes e do Parque, respeitando a vasão das fontes e tendo regularidade nas manutenções para que não haja nenhum tipo de degradação destas. Essa ideia foi abordada durante o DRPE mas foi pouco aceita diante o fato da fiscalização ser irregulares e deixa a desejar, correndo alto risco de ocorrer a exploração inadequada das fontes.

Conforme discutido durante este capítulo e ao longo de toda a discussão acerca deste, é perceptível que a dicotomia entre os interesses em relação a água mineral dividem opiniões e teorias que podem estar atreladas a estas. Se referindo a teorias científicas estudadas, no atual cenário tem-se a sobreposição da Gestão Social em relação a Gestão Estratégica. Tal sobreposição pode ser vista em decorrência das ações que vem acontecendo em torno das águas, sendo estas promovidas por grande parte através da ONG Nova Cambuquira e membros aleatórios da sociedade civil de Cambuquira. Estes tomaram o conhecimento do termo em si na aplicação do DRPE e desde então passou a integrar e sustentar os movimentos da ONG Nova Cambuquira visto que eles utilizam as principais categorias que sustentam a Gestão Social,

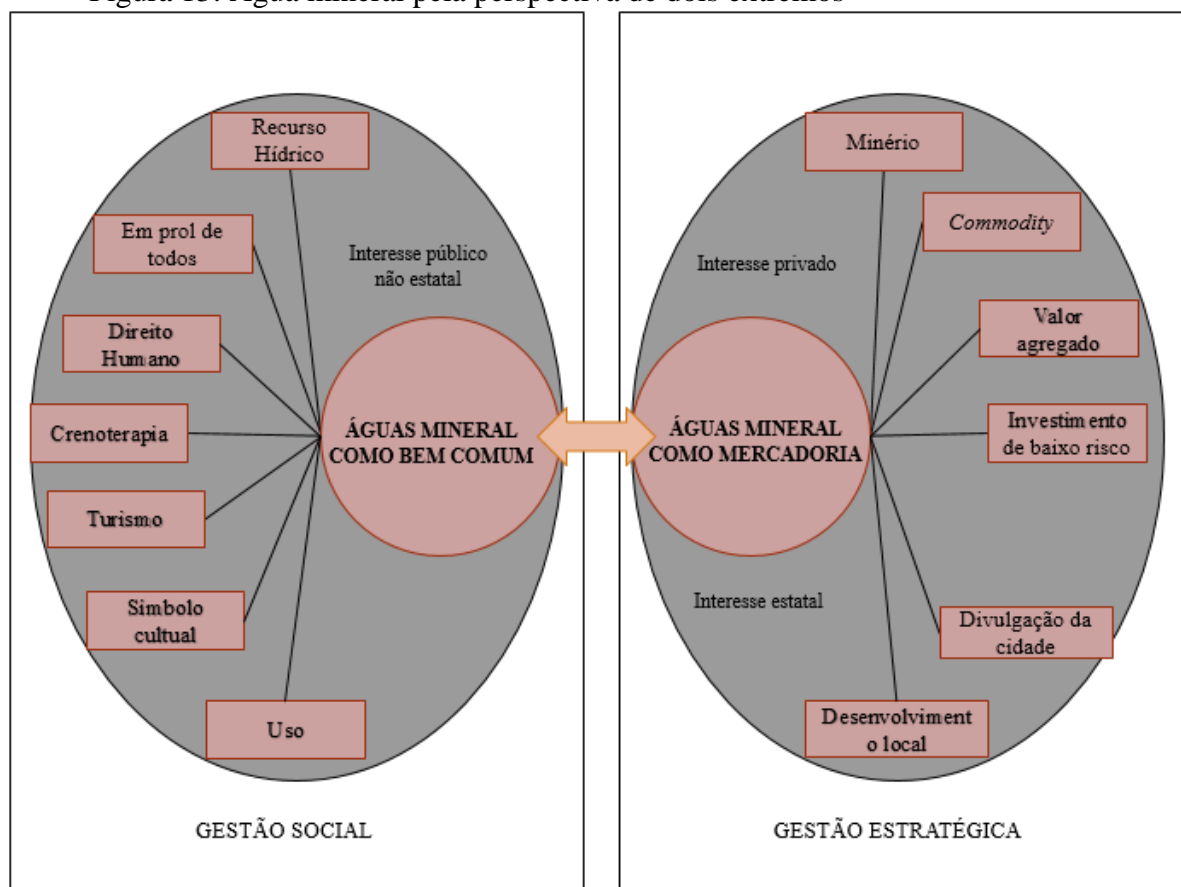
como a dialogicidade entre os atores, a compreensão do Interesse Bem Compreendido, o consenso e caminham para a emancipação social.

Com o entendimento da água mineral como um bem comum e como direito humano fundamental, pressupõe-se que esta seja gerida de forma sustentável justicado pelos valores culturais, tradicionais e medicinais que estas são dotadas. Esses elementos indicam que a Gestão Social, devido ao seu embasamento teórico, constitui a base teórica apropriada para justificar os interesses e as esferas públicas que se formaram em torno da água mineral no município.

Sob a vertente mercadológica esta envolve essencialmente o interesse privado, cercado pelos benefícios do baixo risco de investimento e alto retorno lucrativo, além de promover o desenvolvimento local. Observa-se a predominância e enfoque da Gestão Estratégica para alavancar este item a ser comercializado.

Os dois extremos da água mineral podem ser explicitados pela figura abaixo:

Figura 13: Água mineral pela perspectiva de dois extremos



Fonte: Elaborado pela autora

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com o propósito de analisar o posicionamento da sociedade civil de Cambuquira e da sociedade civil organizada, representada pela ONG Nova Cambuquira sob as interfaces da Gestão Social e da Gestão estratégica.

Analisou-se o posicionamento destes membros sob a ótica do resultado do Diagnóstico Rápido Participativo que foi desenvolvido com a ONG Nova Cambuquira e outros membros anônimos de Cambuquira com vista a identificar os conflitos existentes em torno da questão das águas minerais. Com tal resultado foi possível diagnosticar que possuem dois conflitos simultaneamente, a água sendo tratada como bem público e com fins de medicina alternativa e como mercadoria.

Através da existência de tais conflitos, estes foram tratados sob o eixo de duas correntes teóricas, sendo a Gestão Social amparando o uso da água como bem de todos e sem exploração mercantil e a Gestão Estratégica deslumbrando a água como mercadoria que pode ser explorada a fim de promover o desenvolvimento econômico local e potencializar o mercado de águas minerais gasosas com o produto de Cambuquira, sendo este um produto com valor agregado devido a classificação que as águas do município recebeu, sendo a segunda melhor água mineral gasosa do mundo.

A ONG Nova Cambuquira foi um importante ator na contribuição deste trabalho, pois foi através dessa que conseguimos adquirir grande parte dos nossos dados através de nossas inúmeras visitas ao local de estudo e por meio de documentações redigidas e disponibilizada por esta entidade.

Contudo, através da contribuição desta foi possível, para nos autores deste construto, chegar a conclusão de que no município prevalece a ideia e grande luta para defender as águas minerais sob a ótica de bem público, sendo para Cambuquira a possibilidade de ascensão do turismo, da medicina alternativa e de campos de estudos multidisciplinar. Além de observar que o município, sem mesmo antes conhecer sobre a teoria da Gestão Social, este a seguem e procuram implementa-las de forma concreta no município. Isso se deve ao fato da ONG estar sempre em articulação com outros órgãos como o Ministério Público e Prefeitura Municipal, buscando a concretização do diálogo entre estes para defender e proteger as águas minerais e fontes, além de sempre estarem em constante contato com a população local, promovendo audiências públicas, mobilizações em prol das águas, ações educativas com crianças e adolescentes e a busca constante pela minimização da perspectiva capitalista sob as fontes de água mineral local.

REFERÊNCIAS

- ÁGUA GASOSA DE CAMBUQUIRA. Rede social Facebook. Disponível em < <https://www.facebook.com/AguaGasosaDeCambuquira/>>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F.; PRADO, J. W.; VIEIRA, K. C. **Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões**. In: XVIII SemeAd - Seminários em Administração, São Paulo, 2015.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras, UFLA/FAEPE, 2001. 80p
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras (MG): Gráfica Universitária UFLA, 1999.
- ARAÚJO, E. T. **Gestão social**. In: BOULLOSA, R. F. Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.
- BARLOW. M. **Água Pacto Azul**. São Paulo: M. Books do Brasil, Editora Ltda, 2009. 200 p.
- BERTOLO, R. **Reflexões sobre a classificação e as características químicas da água mineral envasada do Brasil**. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 2006, Curitiba. Anais ... São Paulo: ABAS, 2006.
- BLOGGER. ONG Nova Cambuquira, 2008. Disponível em < <https://www.blogger.com/profile/06073877836472910944>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.
- BLOGSPOT. ONG Nova Cambuquira, 2008. Disponível em <<http://ongnovacambuquira.blogspot.com.br/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.
- BLOGSPOT. DataFogo, 2012. Disponível em < <http://datafogo.blogspot.com.br/2012/02/>>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- BRASIL. Decreto-lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945. Código de Águas Minerais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17841.htm>. Acesso em: 21 de janeiro de 2017.
- BRASIL, Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em 13 de julho de 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acesso em 15 junho 2017.
- BUENO, F. **Portal Visite Minas Gerais**, 2017. Disponível em: <http://visiteminasgerais.com.br/mg/circuito-das-aguas/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

CAETANO, L. C. **A Política da Água Mineral**: Uma Proposta de Integração para o Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Geociências da Unicamp, Campinas, 2005.

CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E.; SAUSEN, J. O. **Gestão social e gestão estratégica**: reflexões sobre as diferenças e aproximações de conceitos. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 10, n. 3, p. 69, 2016.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: CRV, 2015

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CARNEIRO, E. J.; ASSIS, M. F. C. **Conflitos ambientais em Minas Gerais**: exploração da água na microrregião de São Lourenço. Estudos Sociales, v. 21, n. 41, jan./ jun., 2013.

CAUBET, C. G. **A água, a lei, a política... e o meio ambiente?**. Curitiba: Juruá, 2005. 306 p.

CLARKE, T. **Inside the bottle**: Exposing the bottled water industry. Canadian Centre for Policy Alternatives, 2007. 216 p.

CODEMIG. Disponível em: <www.codemig.com.br>. Acesso em: 21 de janeiro de 2017.

COSTA, M. C; GUARIDO FILHO, E.R; GONÇALVES, S.A. **Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos**: análise do caso brasileiro. Revista Gestão Organizacional, v. 6, n. 4, 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

FACEBOOK. Perfil “ Encontro, O Jornal de Cambuquira”, 2017. Acesso em 02 de julho de 2017.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora ARTMED, 2009.

FLORES, K. M. O Reconhecimento da Água como Direito Fundamental e suas implicações. Revista da Faculdade de Direito, 2011.

FLORES, R. K. **O discurso como estratégia de luta contra a mercantilização da água**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 4, n. 1, 2009

FRANÇA FILHO, G. C. **Definindo gestão social**. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária. p. 26-37, 2008

GESICKI, A. L. D; SINDICO, F. **Gestão das águas minerais no Brasil**: panorama legal atual e perspectivas futuras. Revista do Instituto Geológico, v. 34, n. 2, p. 69-88, 2013.

GUIMARÃES, L. C. **Estancia Hidromineral de Cambuquira: Qualidade, conservação e saúde.** Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016, 83 p.

GLEICK, P. H. **El derecho humano al agua.** Revista Economía Exterior, n. 41, 2007.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUERRA, J. F. C. **A produção de conhecimento sobre Gestão Social: um estudo da relação entre academia e praticantes.** 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GUTERRES, J. A. **Indicadores de acesso à água no Brasil.** In: CELIBERTI, L. (Org.). Agua: construcción social de un derecho humano. 1 ed. Montevideú: Plataforma Interamericana de Derechos Humanos Democracia y Desarrollo, p. 113-130, 2006.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa.** Madrid, Taurus, 1987. v. 1 e 2.

IBGE Cidades. Síntese de Informações. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Portal IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=311070&idtema=16&earch=min> s-gerais|cambuquira|sintese-das-informacoes>. Acesso em 26 de março de 2017.

IRIGARAY, C. T. J. H. **Água: direito fundamental ou uma mercadoria?** In: BENJAMIN, H. (Org.) Direito, água e vida. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. 837 p.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/05/19/interna_politica,648942/copasa-semagua-mineral.shtml>. Acesso em 25 de maio de 2017.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. **Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas.** Cadernos EBAPE.BR, v. 12, p. 237-251, 2014

JUSTEN, C. E; MORETTO NETO, L. **Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial.** Cadernos EBAPE.BR, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

KLIKSBERG, B. **A gerência social, uma gerência diferente.** In KLIKSBERG, B. Pobreza: uma questão inadiável. Tradução de Cláudia Schiling. Brasília: ENAP, 1994.

LE MONDE – Lê Monde Diplomatique. **A disputa pelo Ouro Azul.** Editorial: O mundo com sede. n. 3, p. 3, 2003.

LOBATO, C. B. P; MAFRA, F. L. N; FONTOURA, Y. **A Nestlé e o Lado Sombrio Da Exploração De Água Mineral No Brasil: Um Olhar Decolonial.** III CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. Vitória, Brasil, 28 a 30 de 2015.

LOPES, R. S. **Águas minerais do Brasil** – composição, valor e indicações terapêuticas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

MAGALHÃES, G. V de P. **Sugestões para melhor aproveitar as águas minerais do Brasil**. Boletim do Sanatório de São Lucas, v. XXXI, n 5., mar-abril.1970.

MAIA NETO, C. F. **Água: direito humano fundamental máximo**. Proteção jurídico ambiental, responsabilidade pública e dever da cidadania. Verba Juris ano 7, n. 7, jan./dez. 2008.

MARTINS, R.; FELICIDADE, N. **Limitações da abordagem neoclássica como suporte teórico para a gestão de recursos hídricos no Brasil**. In: FELICIDADE, N.; MARTINS, R.; LEME, A. (Org.). Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil, São Carlos: RiMa, p.17-37, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/>>. Acessado em 21 janeiro de 2017.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Relatório Técnico 57**, Perfil da água mineral. Agosto de 2009, 68 páginas.

MINISTERIO DO TURISMO. **Marketing de Destinos Turísticos**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marketing_Destinos_Turisticos.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2017.

MISOCZKY, M.C; FLORES, R.K; BOHM, S. **A práxis da resistência e a hegemonia da organização**. Organização & Sociedade. V. 15, n. 45, abr-jun, 2008.

OAKLEY, P. **Participation in development in Northeast Brazil**. Community Development Journal, Oxford, 16 (1): 10-22, Jan., 1980.

OAKLEY, P; JAMES, P., **Evaluation of Participative Education Projects** in N.E. Brazil, Oxfam. 1976.

PEREIRA, J. R. **Diagnostico Rápido Participativo Emancipador**, 2016.

PEREIRA, J. R. **Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade**. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 2012, Salvador. Anais... Salvador: CIAGS/UFBA, 2012.

PEREIRA, J. R. **Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais**. Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 3, n. 2, p.3 11, 2001.

PETRELLA, R. **Uma necessidade vital se torna mercadoria**. Cadernos Diplô – Le Monde Diplomatique. A disputa pelo Ouro Azul, n.3, p.12-15, 2003.

PORTUGAL JUNIOR, P. S. **A controvérsia sobre as águas**: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016

PORTUGAL JÚNIOR, P. dos S.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N. dos S. **As águas minerais no Brasil**: uma análise do mercado da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. *Ambiente & Água – An Interdisciplinary Journal of Applied Science*, v. 10, n. 2, p. 413-430, 2015.

POTEETE, A. R.; OSTROM, E.; JANSSEN, M. A. **Trabalho em parceria**: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo: Editora Senac, 2011.

QUEIROZ, J. T. M. O campo das águas envasadas: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções. Tese de Pós Graduação apresentada e aprovada em Fevereiro de 2011.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008, 162 p.

ROVIDA, G. **A revolução e a guerra na Espanha**. In: HOBBSBAWN, Eric J. (Org). História do marxismo IV: o marxismo na época da Terceira Internacional; A internacional Comunista de 1919; As Frentes Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 15-33.

SALES, C. S. **Água como bem público**: A análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática. Monografia (Graduação em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

SALES, J. R. **A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço - MG**. Varginha: 2013, 182p.

SILVA, J. J. da. **Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997, 195p.

SWYNGEDOUW, E. **Dispossessing H2O**: the contested terrain of water privatization. *Capitalism Nature Socialism*, v. 16, n. 1, p. 81-98, 2007.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. **Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira – Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração, área: Organizações, Gestão e Sociedade). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento**. 2012. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR., J. T. (Orgs). *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: uma réplica**. In: RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. *Gestão Social e políticas públicas de desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda*. Recife: UNIVASF, 2010.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TENÓRIO, F. G. **(Re) Visitando o Conceito de Gestão Social**. Desenvolvimento em Questão, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

TENÓRIO, F. G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

THE COUNCIL OF CANADIANS. **BlueCommunities Project Guide**. Disponível em <<http://canadians.org/content/booklet-blue-communities-project-guide>> Acesso em 21 janeiro 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCCs, monografias, dissertações e teses. 2. ed. rev., atual. e ampl. Lavras, 2016. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2017.

VIEIRA, M. S. **Bens Comuns**: Uma Análise Linguística e Terminológica. MATLIT: Materialidades da Literatura 3.1, 2015.

VILHENA, S. F. de. **Um dedo de prosa sobre Cambuquira**. 2007.

VILHENA, S. F. de. **Casos, Causos e Acasos de Cambuquira**. 2010.

YIN, R. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.